

Relatório de Atividades
**Comissão de
Comunicação**

2023



Comissão de
Comunicação



**CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Relatório de Atividades
**Comissão de
Comunicação**

2023

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

57ª Legislatura (2023-2026)
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Presidência

Presidente

Arthur Lira (PP/AL)

1º Vice-Presidente

Marcos Pereira (Republicanos/SP)

2º Vice-Presidente

Sóstenes Cavalcante (PL/RJ)

Secretários

1º Secretário

Luciano Bivar (União/PE)

2ª Secretária

Maria do Rosário (PT/RS)

3º Secretário

Júlio Cesar (PSD/PI)

4º Secretário

Lucio Mosquini (MDB/RO)

Suplentes de secretários

1º Suplente

Gilberto Nascimento (PSD/SP)

2º Suplente

Pompeo de Mattos (PDT/RS)

3º Suplente

Beto Pereira (PSDB/MS)

4º Suplente

André Ferreira (PL/PE)

Diretor-Geral

Celso de Barros Correia Neto

Secretário-Geral da Mesa

Luís Otávio Veríssimo Teixeira



**Comissão de
Comunicação**

Corpo Técnico

Secretário-Executivo

Eduardo Nunes dos Santos

Servidores

Jorge José Alves

Rosa Cristina de Souza da Penha

Sandra Gaviano

Tatiana Caroca Cavalcante

**Câmara dos Deputados
Comissão de Comunicação**

Anexo II, Pavimento Superior,

Ala A, Sala 178

CEP: 70160-900 – Brasília – DF

☎ (61) 3216-6592/6598

✉ ccom.decom@camara.leg.br

Textos

Karyna Amorim
e Agência de Notícias
da Câmara dos Deputados

Projeto gráfico

Link Editoração

Projeto editorial

C2 Press



Sumário

1 · Apresentação.....	8
2 · Mensagem do presidente	10
3 · O que faz a CCOM	12
3.1 · Quem compõe a CCOM?.....	13
4 · Trabalho, diálogo, ação, resultado	16
4.1 · Comissão debate PL das fake news em audiência pública.....	17
4.2 · Comissão debate restrições à liberdade de expressão	18
4.3 · Comissões recebem ministro para discutir planos do governo na comunicação	19
4.4 · Quedas de conexão na telefonia são tema de audiência pública	20
4.5 · CCOM debate obrigatoriedade do diploma de jornalismo	21
4.6 · Planejamento da Anatel é tema de audiência pública na CCOM	22
4.7 · Câmara discute conectividade	23
4.8 · Rádios comunitárias em pauta na CCOM	24
4.9 · Proteção de dados: CCOM debate publicidade para crianças na internet	25
5 · Proposições legislativas apreciadas pela CCOM em 2023	26
5.1 · CCOM aprova ampliação de número de rádios e TVs por empresa	27

5.2 · CCOM aprova proibição de propaganda de jogos de azar não regulamentados.....	28
5.3 · Propaganda e venda de medicamentos com finalidade abortiva podem gerar 20 anos de pena.....	29
5.4 · Projeto que atualiza leis da radiodifusão é aprovado na CCOM.....	30
5.5 · CCOM aprova emendas à lei de diretrizes orçamentárias (LDO 2024) e à lei orçamentária anual (LOA 2024)	31
5.6 · Isenção de tributos para rádios e TVs do legislativo e do judiciário	32
5.7 · Aprovado projeto que define garantias para o exercício do jornalismo	33
6 · CCOM em números	34
6.1 · Balanço de 2023	34
7 · Serviços de radiodifusão	35
7.1 · Aprovação de outorgas e renovação de outorgas valoriza a radiodifusão	35
7.2 · TVRs apreciadas na CCOM - 2023	36
7.3 · Ato normativo (CCOM) n.1 de 2023	73
8 · Proposições apreciadas	74
8.1 · Requerimentos apreciados na CCOM - 2023	74
8.2 · Proposições apreciadas na CCOM - 2023	83
8.3 · Projeto de lei de diretrizes orçamentárias (PLDO).....	86
8.4 · Projeto de lei orçamentária (LOA).....	90

Apresentação

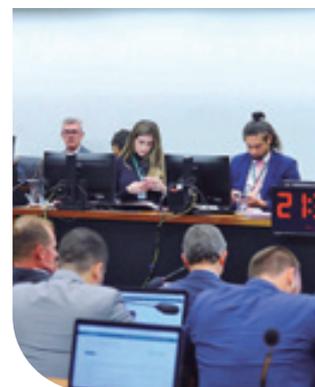
É com grande satisfação que apresentamos o relatório das atividades desenvolvidas pela recém-criada Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados no ano de 2023. Sob a minha coordenação, junto a um time de parlamentares comprometidos, o Colegiado empenhou-se incansavelmente na defesa e promoção do setor de comunicações, buscando impulsionar a modernização das leis que regulamentam esse crucial segmento e garantir amplo acesso à conectividade.

A Comissão de Comunicação, ciente da importância estratégica desse setor para o desenvolvimento do país, concentrou seus esforços em diversas frentes, agindo proativamente para aprimorar o arcabouço legal vigente. Foram promovidas audiências públicas, votações, consultas a especialistas e debates amplos para identificar as lacunas e desafios que o setor enfrenta.

O ano de 2023 marca o capítulo inaugural na trajetória da Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados e seus esforços são reflexo do comprometimento de todos os membros em promover um setor de comunicações robusto e inclusivo. Apresentamos este relatório com a convicção de que as bases estabelecidas neste período promoverão um futuro vibrante para a comunicação no Brasil.

Agradecemos a todos que contribuíram para o êxito dessas iniciativas e reafirmamos nosso compromisso contínuo com a evolução positiva do setor de comunicações no país.

*Deputado Federal Amaro Neto,
Presidente*



Comissão de
Comunicação



Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Douglas Gomes



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Douglas Gomes



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados





Mensagem do Presidente

Como primeiro presidente da Comissão de Comunicação (CCOM), da Câmara dos Deputados, buscamos trazer não apenas nossa experiência como parlamentar, mas também a vivência no jornalismo, sempre procurando enriquecer as discussões com a perspectiva de quem vive a comunicação no dia-a-dia. Nosso compromisso, ao assumir a presidência da CCOM, foi impulsionar a modernização do setor de comunicações e oportunizar a todos o direito à informação.

Conscientes da necessidade de assegurar o acesso equitativo à conectividade, a CCOM empreendeu ações para promover a universalização dos serviços de comunicação. Foram discutidas políticas públicas que visam eliminar as disparidades regionais, garantindo que todos os cidadãos tenham a oportunidade de se beneficiar dos avanços tecnológicos.



Amaro Neto Deputado Federal (Republicanos/ES) Jornalista, radialista e apresentador de TV Primeiro presidente da Comissão de Comunicação

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Neste período, com a realização de 39 reuniões, concentramos nossos esforços na defesa e modernização do setor de comunicações, promovendo debates construtivos, propondo e votando legislações que acompanhem a evolução tecnológica que temos vivido. Apreciamos 298 proposições, das quais 17 projetos de lei aprovados, 4 rejeitados, 57 requerimentos aprovados, 1 requerimento rejeitado e 219 outorgas e renovações de outorgas para serviço de radiodifusão (TVR's).

Agradeço imensamente a todos os membros da comissão, assim como aos dedicados servidores, pela incansável colaboração durante nosso primeiro ano de trabalho. Todos vocês foram essenciais para o êxito de nossas iniciativas. Juntos, construímos um caminho promissor para o futuro da comunicação no país.

*Deputado Federal Amaro Neto,
Presidente*



O que faz a CCOM



A Comissão de Comunicação foi desmembrada da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. A mudança foi aprovada pelos deputados em fevereiro de 2023, de acordo com a Resolução da Câmara dos Deputados n. 1, de 2023.

A Comissão de Comunicação debate e vota os seguintes temas:

- meios de comunicação social, liberdade de imprensa e redes sociais;
- produção e programação das emissoras de rádio e televisão;
- outorga e renovação da exploração de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;
- assuntos relativos a comunicação, telecomunicações e internet;
- serviços postais e de comunicação, radiodifusão, telecomunicações e internet;
- política nacional de telecomunicações;
- regime jurídico das telecomunicações; e
- aspectos relativos a serviços de comunicação, aplicações, dados, meios e redes digitais.

Reunião de Instalação e Eleição do Presidente e Vice-Presidente



3.1 QUEM COMPÕE A CCOM

Presidência



Presidente
Amaro Neto
(Republicanos/ES)



1º Vice-Presidente
Simone Marquetto
(MDB/SP)



2º Vice-Presidente
Bibo Nunes
(PL/RS)



3º Vice-Presidente
Rodrigo Valadares
(União/SE)

Titulares



Amaro Neto
(Republicanos/ES)



Amália Barros
(PL/MT)



André Figueiredo
(PDT/CE)



Bibo Nunes
(PL/RS)



Camila Jara
(PT/MS)



Carol Dartora
(PT/PR)



Cezinha de Madureira
(PSD/SP)



David Soares
(União/SP)

Suplentes



Alex Santana
(Republicanos/ES)



Cabo Gilberto Silva
(PL/PB)



Carlos Veras
(PT/PE)



Cleber Verde
(MDB/MA)



Coronel Ulysses
(União/AC)



Dr. Benjamim
(União/MA)



Dr. Fernando Máximo
(União/RO)



Eduardo Velloso
(União/AC)

Titulares



Delegado Fabio Costa
(PP/AL)



Denise Pessôa
(PT/RS)



Duda Ramos
(MDB/RR)



Luiza Erundina
(Psol/SP)



Fernando Coelho Filho
(União/PE)



Fred Linhares
(Republicanos/DF)



Fábio Teruel
(MDB/SP)



Gervásio Maia
(PSB/PB)



Jadyel Alencar
(PV/PI)



Jilmar Tatto
(PT/SP)



João Maia
(PP/RN)



Julia Zanatta
(PL/SC)

Suplentes



Filipe Martins
(PL/TO)



Franciane Bayer
(Republicanos/RS)



Félix Mendonça Júnior
(PDT/BA)



Gilvan Maximo
(Republicanos/DF)



Gustavo Gayer
(PL/GO)



Jandira Feghali
(PCdoB/RJ)



Jefferson Campos
(PL/SP)



Juliana Cardoso
(PT/SP)



Julio Arcoverde
(PP/PI)



Lebrão
(União/RO)



Lucas Ramos
(PSB/PE)



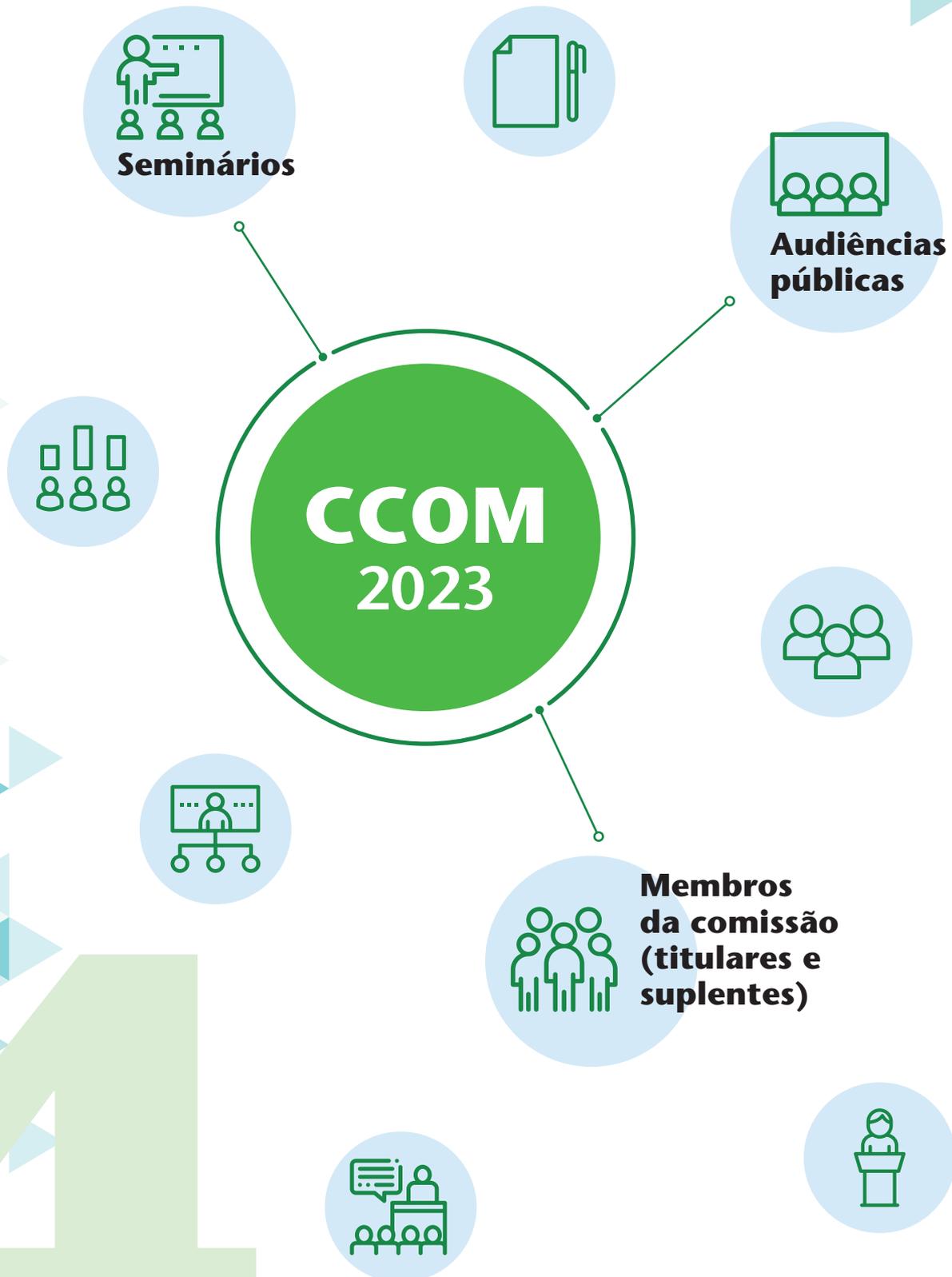
Luciano Azevedo
(PSD/RS)

Titulares

Suplentes

	Marcos Soares (União/RJ)		Marcelo Queiroz (PP/RJ)
	Mario Frias (PL/SP)		Nikolas Ferreira (PL/MG)
	Mauricio Marcon (Pode/RS)		Paulo Magalhães (PSD/BA)
	Mauricio do Vôlei (PL/MG)		Renata Abreu (Pode/SP)
	Pastor Diniz (União/RR)		Ricardo Ayres (Republicanos/TO)
	Rodrigo Estacho (PSD/PR)		Rui Falcão (PT/SP)
	Rodrigo Valadares (União/SE)		Ruy Carneiro (Pode/PB)
	Romero Rodrigues (Pode/PB)		Vander Loubet (PT/MS)
	Silas Câmara (Republicanos/AM)		Vinicius Carvalho (Republicanos/SP)
	Silvye Alves (União/GO)		-
	Simone Marquette (MDB/SP)		-
	Welter (PT/PR)		-

Trabalho, diálogo, ação e resultado



4.1 COMISSÃO DEBATE PL DAS FAKE NEWS EM AUDIÊNCIA PÚBLICA

Proposta pela deputada Carol Dartora (PT/PR), foi realizada, em 4 de maio de 2023, audiência que discutiu a disseminação de fake news e o discurso de ódio na internet.

Segundo a deputada, o combate à desinformação é responsabilidade do Poder Público, “o qual deve estar atento à responsabilização de práticas criminosas de propagação de ódio”.

“O Estado Democrático de Direito prevê, como seu fundamento primeiro, a pluralidade de ideias e política”, afirma a deputada Carol Dartora (PT-PR), ressaltando que a liberdade de expressão também é uma garantia fundamental, prevista na Constituição.

O encontro também serviu para discussão do PL 2630/20, conhecido como PL das Fake News. Entidades da sociedade civil defenderam regulação das plataformas digitais e repudiaram ataques das empresas à proposta.

Participaram representantes da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação; da Avaaz; da organização Diracom – Direito à Comunicação e Democracia; do Instituto Vero; da Coalizão Direitos na Rede, entre outras entidades.

O Estado Democrático de Direito prevê, como seu fundamento primeiro, a pluralidade de ideias e política.

Deputada
Carol Dartora
(PT-PR)

Fotos: Will Shutter / Câmara dos Deputados



**Audiência Pública -
Fake news e
disseminação
de ódio nas
redes. Dep. Carol
Dartora (PT - PR)**



4.2 COMISSÃO DEBATE RESTRIÇÕES À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Essas medidas têm sido impostas ao povo brasileiro e aos deputados e senadores em razão de suas opiniões e palavras.

Deputado
Gustavo Gayer
(PL/GO)

**Audiência Pública:
Institucionalização da
censura no Brasil. Dep.
Gustavo Gayer (PL - GO)**



A Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública no dia 11 de maio de 2023 para debater “medidas implementadas pelo Poder Judiciário para restringir o direito à liberdade de expressão”. Participaram a apresentadora Bárbara Destefani e os jornalistas Rodrigo Constantino, Ana Paula Henkel e Paulo Figueiredo Filho.

O pedido para realização da audiência foi apresentado pelo deputado Gustavo Gayer (PL/GO). Ele criticou medidas como a proibição de conteúdos considerados “ofensivos”, a censura de palavras e temas considerados “inadequados” e a proibição de veículos de comunicação de transmitir determinados assuntos.

“Essas medidas têm sido impostas ao povo brasileiro e aos deputados e senadores em razão de suas opiniões e palavras, afrontando o artigo 53 da Constituição [Liberdade de expressão], sem qualquer debate público ou diálogo com a sociedade civil e os demais Poderes da República”, afirmou.

Outros parlamentares reiteraram as críticas à criação de uma entidade autônoma para fiscalizar as plataformas, prevista no texto original do PL 2630/20. Conforme eles, isso representaria ingerência do governo nos princípios de liberdade de expressão.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



4.3 COMISSÕES RECEBEM MINISTRO PARA DISCUTIR PLANOS DO GOVERNO NA COMUNICAÇÃO

As comissões de Comunicação e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados realizaram audiência pública conjunta no dia 24 de maio de 2023. Ao encontro compareceu o ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Paulo Pimenta, para debater o plano de governo e ações sobre a liberdade de expressão e de imprensa.

Mais uma vez, o PL 2630/20, conhecido como PL das Fake News, foi um dos assuntos mais comentados. Os parlamentares que solicitaram a audiência afirmaram que, com o advento das redes sociais, toda a população eleitoral no Brasil é capaz de expor suas opiniões favoráveis ou desfavoráveis com relação ao trabalho realizado por aqueles que elegeram e não devem sofrer nenhum tipo de censura.

O ministro destacou que “O debate sobre o PL 2630 é muito importante. O primeiro cuidado é debatê-lo à luz da verdade. O PL 2630 não é censura e não busca restringir a democracia. Todas as democracias consolidadas no mundo estão avançando nessa direção”.

Na ocasião, Paulo Pimenta falou da campanha do Governo Federal contra a disseminação de fake news e defendeu a regulamentação das plataformas.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Plano de governo e ações sobre liberdade de expressão, liberdade de imprensa e combate à desinformação. Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Paulo Pimenta.



4.4 QUEDAS DE CONEXÃO NA TELEFONIA SÃO TEMA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Embora dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) apontem uma maior satisfação do consumidor brasileiro com os serviços de telefonia celular e internet, parlamentares destacaram, em debate, que problemas com a conexão continuam sendo frequentes. As comissões de Defesa do Consumidor e a de Comunicação da Câmara do Deputados discutiram, no dia 24 de agosto de 2023, formas de melhorar o serviço no país.

O deputado Gilvan Maximo (Republicanos/DF), que pediu o debate, disse que há problemas no sinal de telefonia móvel inclusive na capital do País. “No DF, que é a capital da República, virou artigo de luxo falar ao telefone sem cair a ligação. O sinal é precário. Todos sabem disso”, reclamou.

Representantes das principais empresas de telefonia que participaram da audiência alegam que estão investindo em tecnologia para melhorar o serviço.

O deputado Celso Russomanno (Republicanos-SP) sugeriu à comissão aprovar uma proposta de fiscalização e controle na Anatel para melhorar a qualidade do serviço no País. “Vamos cobrar deles o que eles têm que fazer. Temos dois mecanismos de controle: um é a CPI e o outro é a fiscalização e controle”.

Participaram da audiência Vitor Hugo do Amaral Ferreira, da Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon/MJ; Gustavo Santana Borges, superintendente de Controle de Obrigações da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; Bruno Siqueira Morelato, representante do Instituto Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, Procon – ES; Tiago Brocardo Machado, diretor de Relações Institucionais da operadora Vivo; Cleber Rodrigo Affanio, diretor de Relações Institucionais da TIM Brasil; Fábio Andrade, vice-presidente de Relações Institucionais da operadora Claro; Helton Rocha Posseti, diretor de Relações Institucionais da operadora Oi; Hugo Vidica Mortoza, gerente de Estratégia e Regulatório da Algar Telecom; Marcos Ferrari, presidente da Conexis Brasil Digital - Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel, Celular e Pessoal; Marcelo Saldanha, do Instituto Bem-Estar Brasil, organização integrante da Coalizão Direitos na Rede – CDR; e Ana Bárbara Gomes, diretora do Instituto de Referência em Internet e Sociedade – IRIS.

Audiência Pública -
Qualidade dos
serviços de
telefonia e
internet. Dep.
Gilvan Maximo
(Republicanos/DF)



Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

4.5 CCOM DEBATE OBRIGATORIEDADE DO DIPLOMA DE JORNALISMO

Deputados, professores, empresários e sindicatos defenderam, no dia 26 de outubro de 2023, em audiência pública na Câmara dos Deputados, o diploma em jornalismo como “remédio” contra a desinformação e a divulgação de conteúdos falsos. Eles sugeriram a aprovação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC 206/12) que reinstalou a obrigatoriedade do documento para o exercício da profissão no Brasil. O debate foi promovido pela Comissão de Comunicação, numa proposta do presidente do colegiado, o deputado federal e jornalista Amaro Neto.

Em 2009, o STF decidiu que qualquer pessoa, independentemente de formação, pode assumir as funções de jornalista. A alegação para a não obrigatoriedade é a de que o diploma não é exigido pela Constituição.

“O reflexo dessa decisão foi que muitas empresas passaram a contratar pessoas sem formação, sem projetar as consequências disso para a sociedade”, avalia o deputado. “Quando falamos de comunicação e o curso de Jornalismo, queremos mostrar que o respeito pelo consumidor de conteúdo deve prevalecer”, acrescenta.

Amaro Neto acredita que a formação em Jornalismo seja “essencial” para a prática profissional, porque é por meio dela que se aprendem as dinâmicas e os conhecimentos necessários para atuar na área.

“Quando falamos de comunicação e o curso de Jornalismo, queremos mostrar que o respeito pelo consumidor de conteúdo deve prevalecer.”

Deputado
Amaro Neto
(Republicanos/ES)

Audiência Pública - A importância da formação superior para o exercício do jornalismo.



Renato Araujo/Câmara dos Deputados



4.6 PLANEJAMENTO DA ANATEL É TEMA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CCOM



A evolução do setor de telecomunicações e a crescente integração dos mercados digitais na vida cotidiana dos brasileiros têm gerado debates significativos sobre a necessidade de uma regulação eficaz e atualizada.

**Deputado
Amaro Neto
(Republicanos/ES)**



O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Carlos Manuel Baigorri, compareceu à Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados e falou sobre o planejamento estratégico da Agência para o quinquênio 2023-2027. A audiência aconteceu no dia 8 de novembro de 2023.

O debate atendeu à sugestão do deputado Amaro Neto (Republicanos-ES). Na avaliação do parlamentar, diante da importância de se discutir a regulação de mercados digitais, é imprescindível que a comissão conheça as diretrizes e ações da agência para os próximos anos. “A evolução do setor de telecomunicações e a crescente integração dos mercados digitais na vida cotidiana dos brasileiros têm gerado debates significativos sobre a necessidade de uma regulação eficaz e atualizada”, afirma.

Baigorri defendeu a reforma das leis do setor. Ele criticou, por exemplo, a assimetria entre os clássicos meios de comunicação (rádio e TV) e os novos (streaming e mídias sociais). Ele informou que a Anatel, junto com o Ministério de Comunicações e a Universidade de Brasília (UnB) estão articulados para apresentar no primeiro semestre de 2025 uma proposta para reformular a Lei Geral de Telecomunicações, entre outros marcos legais.

**Audiência Pública –
Planejamento estratégico
da Anatel para o
quinquênio 2023-
2027. Dep. Amaro Neto
(Republicanos/ES)**



Will Shutter /Câmara dos Deputados



4.7 CÂMARA DISCUTE CONECTIVIDADE

“Conectividade universal e significativa: o poder do digital transformando o Brasil”. Este foi o tema abordado em seminário organizado pelas comissões de Ciência e Tecnologia, de Comunicação e de Educação, realizado no dia 21 de novembro de 2023. O conceito busca estabelecer os parâmetros mínimos de conectividade a que as pessoas devem ter direito.

A iniciativa da realização do seminário partiu da deputada e presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Luisa Canziani (PSD-PR), com apoio dos deputados Raimundo Santos (PSD-PA), Gilvan Maximo (Republicanos-DF), Amaro Neto (Republicanos-ES), Franciane Bayer (Republicanos-RS) e Maria Rosas (Republicanos-SP). O evento também contou com a participação da ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos.

O ponto de convergência entre os participantes foi a necessidade de capacitar a população para o uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs). Na avaliação dos especialistas, sem o “letramento digital” da população, as desigualdades sociais serão ampliadas no Brasil.

Segundo o IBGE, a maioria das pessoas que não utilizaram a internet em 2022 eram pouco instruídas ou eram idosas. Os entrevistados disseram não acessar a rede por não saber usá-la (47,7%) e por não terem sentido necessidade de fazê-lo (23,5%).

Na avaliação da presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, deputada Luisa Canziani (PSD-PR), o debate sobre parâmetros mínimos de conectividade para o cidadão passa pela melhoria da infraestrutura da rede. “Uma rede estável e de alta velocidade é imprescindível para o cidadão explorar as funcionalidades e as aplicações disponíveis nos mais variados campos”, disse.

Já o presidente da Comissão de Comunicação, deputado Amaro Neto (Republicanos-ES), afirmou que o investimento em TICs é uma das agendas mais importantes do País. “A retomada da economia depende, mais do que nunca, do incentivo à conectividade e à inovação tecnológica”, declarou.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Dep. Amaro Neto (Republicanos/ES), Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, Dep. Luisa Canziani (PSD/PR) e o Secretário Substituto de Telecomunicações (Ministério das Comunicações), Pedro Lucas da Cruz.



4.8 RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM PAUTA NA CCOM

Em audiência pública, realizada no dia 22 de novembro de 2023, a Comissão de Comunicação recebeu representantes da radiodifusão e do Governo Federal para debater a atualização da classificação de rádios comunitárias.

Organizador do debate, o coordenador da Frente Parlamentar Mista em Apoio às Rádios Comunitárias, deputado Jadyel Alencar (PV-PI), avalia que muitos projetos tratam de temas alheios ao assunto principal. Em sua justificativa, ele cita o projeto de lei 490/11, que tramita na comissão, com outros 41 projetos apensados que tratam de temas relativos às rádios comunitárias.

“Já apresentamos um requerimento de desapensação dos PLs cujas matérias dizem respeito a características técnicas, cobertura e regulamentação de conteúdo e operação”.

O Ministério das Comunicações informou, na audiência, que prepara a divulgação do Plano Nacional de Outorgas (PNO) e uma das metas é a redução do número de cidades sem rádios comunitárias no Brasil.

Dados da Associação Técnica da Radiodifusão Brasileira mostram que, no geral, o Brasil conta hoje com 4.258 rádios FM, 1.037 AM e 4.651 comunitárias. O deputado Jadyel Alencar cobra plenas condições de operação e de sobrevivência para as rádios comunitárias.

As rádios comunitárias têm baixa potência e prestam serviços de informação e utilidade pública para um bairro ou vila. O gerente de outorga da Agência Nacional de Telecomunicações, Renato Aguiar, reconhece o “papel social” dessas emissoras, mas também admite a distribuição desigual: 42% dos municípios só têm rádios comunitárias, 11% só têm rádios FM, 27% apresentam sobreposição das duas modalidades e 20% não possuem FM nem comunitária. Os representantes do governo também informaram a busca de mais rapidez na análise dos processos de outorga.

Dep. Jadyel Alencar (PV/PI), Renato Aguiar (Gerente de Outorga e Licenciamento de Estações – Anatel), e Dep. Luiza Erundina (PSOL/SP)



Renato Araujo/Câmara dos Deputados

4.9 PROTEÇÃO DE DADOS: CCOM DEBATE PUBLICIDADE PARA CRIANÇAS NA INTERNET

Boas práticas para a proteção de dados e publicidade digital para crianças e adolescentes na internet foram os temas principais da audiência pública realizada pela Comissão de Comunicação (CCOM), no dia 13 de dezembro de 2023.

Segundo o Deputado Federal Jadyel Alencar (PV-PI), autor do requerimento para realização do encontro, apesar da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) estar em vigor desde 2020, a população brasileira ainda tem baixo índice de educação e preocupação quanto ao compartilhamento e uso de dados pessoais.

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), representada pelo seu diretor Waldemar Gonçalves, informou que, no primeiro semestre de 2024, realizará uma tomada de subsídios e um webinar a fim de trocar experiências e colher sugestões da sociedade sobre o assunto. A deputada federal Silvye Alves (União Brasil/GO), que presidiu a sessão, comprometeu-se a articular junto com outros parlamentares para assegurar os recursos necessários à ANPD.

Segundo dados da Autoridade, dos 192 países reconhecidos pelas Nações Unidas, 137 possuem uma normatização equivalente à nossa Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), mas poucos têm um cuidado especial com crianças e adolescentes.

A ANPD está fiscalizando a atuação do TikTok e de plataformas de educação a distância que, durante a pandemia, ofereceram soluções remotas, mas que ainda hoje fazem uso comercial dos dados coletados.

Participaram da audiência Ana Bialer, coordenadora do Grupo de Trabalho de Privacidade e Proteção de Dados da Câmara Brasileira de Economia Digital – Camara-e.net; Guilherme Alves, gerente de Projetos da Safernet Brasil; Maria Mello, coordenadora do Programa Criança e Consumo do Instituto Alana; Patrícia Peck, coordenadora do Conselho Nacional de Proteção de Dados (CNPd); e Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior, presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Dep. Silvye Alves
(União/GO)

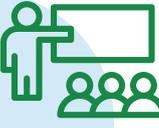


Renato Araujo/Câmara dos Deputados



Proposições legislativas apreciadas pela CCOM em 2023

58 
requerimentos apreciados

298 
propostas apreciadas

CCOM
2023

39 
reuniões

21 
Projetos de lei apreciados

219 
outorgas e renovações de outorgas de radiodifusão (TVR's)



5

5.1 CCOM APROVA AMPLIAÇÃO DE NÚMERO DE RÁDIOS E TVS POR EMPRESA

A Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 7/2023, que autoriza sociedades unipessoais a executar o serviço de radiodifusão e amplia o número de outorgas de serviços permitidas por empresa. Pelo texto, passarão a ser permitidas para cada empresa 20 outorgas do serviço de TV e mais 20 do serviço de rádio.

Hoje são permitidas 10 outorgas de TV por empresa (no máximo 5 em VHF e 2 por estado) e 20 de rádio, mas na seguinte proporção:

- locais: 4 AM e 6 FM frequência modulada;
- regionais: 3 AM e 3 ondas tropicais;
- nacionais: 2 AM e 2 ondas curtas.

Com a mudança, passarão a ser permitidas 20 estações de TV e 20 de rádio por empresa, sem qualquer limite fixado de localidade ou tecnologia. A proposta altera o Decreto-Lei 236/67, que, por sua vez, modificou o Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117/62).

O projeto foi apresentado pelo deputado Marcos Pereira (Republicanos/SP) e recebeu parecer favorável do relator, deputado Cezinha de Madureira (PSD/SP).

Para Cezinha de Madureira, a medida “contribuirá significativamente para a desburocratização da radiodifusão brasileira, pois amplia os titulares que podem pleitear uma outorga para este serviço e flexibiliza os limites de propriedade hoje existentes para rádios locais em frequência modulada”.

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Acima Dep. Cezinha de Madureira (PSD - SP) e abaixo Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, Marcos Pereira (Republicanos/SP)

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

5.2 CCOM APROVA PROIBIÇÃO DE PROPAGANDA DE JOGOS DE AZAR NÃO REGULAMENTADOS

A Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados aprovou proposta que proíbe influenciadores digitais de fazer publicidade de jogos de azar não regulamentados na internet.

Pelo texto, esses profissionais são responsáveis por garantir que seus conteúdos não promovam essas atividades em vídeos, *stories* e outras formas de comunicação.

O descumprimento das regras sujeita o influenciador às penas de advertência ou suspensão da atividade por até seis meses, prorrogável. Para o provedor de redes sociais, a pena será de multa de até 2% do faturamento da empresa.

A proposta foi aprovada na forma do substitutivo apresentado pelo relator, deputado Fred Linhares (Republicanos/DF), ao PL 3915/23, do deputado Ricardo Ayres (Republicanos/TO).

O relator considerou a medida de “suma relevância” por conta “do impacto significativo que tais figuras públicas têm sobre seus seguidores, influenciando comportamentos e decisões”.

**Com informações da Agência de Notícias da Câmara Federal*

Renato Araujo/Câmara dos Deputados



Acima Dep.
Fred Linhares
(Republicanos/
DF) e abaixo Dep.
Ricardo Ayres
(Republicanos/TO)

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



5.3 PROPAGANDA E VENDA DE MEDICAMENTOS COM FINALIDADE ABORTIVA PODEM GERAR 20 ANOS DE PENA

A Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados aprovou proposta que estabelece a pena de até 20 anos para a venda de remédios com a finalidade de provocar aborto.

Atualmente, o Código Penal estabelece a pena de reclusão de 10 a 15 anos para quem falsifica, corrompe ou altera medicamentos.

A proposta também estabelece multa para quem fizer propaganda desses medicamentos no valor de 10 vezes o mínimo previsto para infrações sanitárias. Atualmente, pela Lei de Infrações Sanitárias a menor multa para infrações leves é de R\$ 2 mil. Assim, a multa para propaganda de abortivos seria de R\$ 20 mil.

O texto aprovado é um substitutivo do deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) ao Projeto de Lei 3415/19. O relator optou também por incorporar medidas previstas nos projetos apensados que tratavam do mesmo tema.

Uma das alterações foi para substituir o termo “remédios abortivos”, presente no texto original, por “remédios com a finalidade de provocar abortos”. “Evita-se, desta forma, incertezas acerca da penalização de propagandas de medicamentos que não são abortivos, mas que podem provocar aborto em caráter acidental”, justificou o relator.

Evita-se, desta forma, incertezas acerca da penalização de propagandas de medicamentos que não são abortivos, mas que podem provocar aborto em caráter acidental.

Deputado
Nikolas Ferreira
(PL/MG)



Dep. Nikolas
Ferreira (PL/MG)

Bruno Spada/Câmara dos Deputados

5.4 PROJETO QUE ATUALIZA LEIS DA RADIODIFUSÃO É APROVADO NA CCOM

Um substitutivo apresentado pelo relator Felipe Martins (PL/TO) ao PL 2352/23, do deputado Cezinha de Madureira (PSD/SP), moderniza a legislação de radiodifusão no Brasil e traz mais flexibilidade para o setor. O texto foi aprovado na CCOM e traz várias mudanças importantes, alterando também o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT).

“Proponho algumas alterações que vão ao encontro das necessidades do mercado e que contam com apoio expressivo do setor de radiodifusão”, disse Martins.

Entre as principais mudanças no licenciamento estão:

- o fim da necessidade de licenciamento para funcionamento das estações de telecomunicações a cada renovação de outorga;
- as alterações contratuais ou estatutárias em concessões de radiodifusão serão enviadas ao Poder Executivo somente se solicitadas;
- a necessidade de as concessionárias inserirem em suas programações recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência. No caso de publicidade, a responsabilidade é do anunciante.

Em relação à Lei da Radiodifusão Comunitária, o texto prevê que entidades que prestam o serviço podem se manifestar sobre a renovação da outorga a qualquer momento antes do término do contrato. A não observância dessa regra não impede a renovação.

O texto garante ainda a tramitação dos pedidos atrasados de renovação de outorga de rádios comunitárias (processos intempestivos) encaminhados até a data de publicação da lei.

Dep. Felipe Martins
(PL/TO)



Julia Prado/Câmara dos Deputados

5.5 CCOM APROVA EMENDAS À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO 2024) E À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA 2024)

A Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados aprovou três emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e quatro emendas à Lei Orçamentária Anual (LOA).

Confira cada uma das emendas:

- LDO – emenda de inclusão com objetivo de executar, por meio da ABDI, a promoção e o desenvolvimento urbano no âmbito do conceito de Cidades Inteligentes, utilizando dados e informações para otimizar a apresentação dos serviços públicos à população.
- LDO – emenda de inclusão com o objetivo de ofertar à população a programação de emissoras públicas (EBC e Rede Legislativa), e municípios onde ainda não estão presentes, além de ampliação da diversidade de canais de TV digital aberta e gratuita à população dos municípios brasileiros.
- LDO – emenda de inclusão com o objetivo de dar continuidade ao programa WiFi Brasil, com a disponibilização à população de ponto de acesso Wi-Fi com 150 metros de raio de cobertura e até 80 conexões simultâneas, com velocidade de 40 Mbps, em locais como praças públicas, escolas, assentamentos rurais, Unidades Básicas de Saúde (UBS), comunidades tradicionais e telecentros comunitários.
- LOA – Promover iniciativas de inclusão digital em escolas, associações e telecentros em municípios brasileiros, de maneira a promover a inclusão e democratização de tecnologias digitais e acesso à internet. Valor: R\$ 100 milhões.
- LOA – Promover a iniciativa de inclusão digital em escolas, associações e telecentros, realizando o descarte de resíduos de equipamentos eletroeletrônicos de forma ambientalmente correta, com a implantação dos Centros de Recondicionamento de Computadores (CRCs), que são espaços físicos adaptados para o encaminhamento de equipamentos que são doados em plenas condições operacionais. Além disso, os CRCs também capacitam jovens em cursos na área de tecnologia da informação. Valor: R\$ 300 milhões.
- LOA – Expandir a TV aberta digital gratuita nos municípios com baixo número de canais, não alcançados pelo Programa Digitaliza Brasil, ampliando a diversidade de programação a ser ofertada à população, garantindo acesso a conteúdo nacional, regional e diversificado. A ação contempla a aquisição de infraestrutura completa transmissão de TV Digital - contêiner, torre, transmissores e antenas - para utilização por emissoras públicas (EBC e Rede Legislativa). Valor: R\$ 150 milhões.
- LOA – Aquisição e instalação de infraestrutura completa de transmissão de TV Digital - contêiner, torre, transmissores e antenas - para utilização por emissoras públicas (EBC e Rede Legislativa), onde ainda não estão presentes. Possibilidade de compartilhamento da infraestrutura implantada com emissoras privadas, que terão como contrapartida a assunção dos custos de manutenção. Valor: 100 milhões.

5.6 ISENÇÃO DE TRIBUTOS PARA RÁDIOS E TVS DO LEGISLATIVO E DO JUDICIÁRIO

Tributos que incidem anualmente sobre emissoras de rádio e televisão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal (STF) ficam suspensos com a aprovação do Projeto de Lei 3252/21 pela CCOM. Trata-se de recolhimento da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP) e das taxas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel).

O relator no colegiado, deputado Silas Câmara (Republicanos-AM), destacou que o benefício tributário reduz os custos de operação das emissoras, ampliando o alcance de seus serviços a mais cidadãos.

“O texto corrige uma falha de isonomia de décadas ao conceder isenção do Fistel para TV Câmara, TV Senado e TV Justiça – benefício que já era concedido a outros tipos de órgãos públicos”, explicou.

O texto aprovado também determina que o licenciamento dos veículos de comunicação da União terá prazo de validade indeterminado.

Por fim, o projeto estabelece que as sanções de multa, suspensão e cassação previstas no Código Brasileiro de Telecomunicações não se aplicam às frequências e canais consignados às emissoras da União.

O texto corrige uma falha de isonomia de décadas ao conceder isenção do Fistel para TV Câmara, TV Senado e TV Justiça – benefício que já era concedido a outros tipos de órgãos públicos.

Deputado
Silas Câmara
(Republicanos/AM)

Dep. Silas Câmara
(Republicanos/AM)



Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

5.7 APROVADO PROJETO QUE DEFINE GARANTIAS PARA O EXERCÍCIO DO JORNALISMO

Garantias coletivas e individuais para a plena liberdade de imprensa e tipificação como crimes de abuso de autoridade as condutas que impeçam ou dificultem o livre exercício do jornalismo. Esses são os pontos principais do Projeto de Lei 2378/20, aprovado pela Comissão de Comunicação, com relatoria da deputada federal Simone Marquette (MDB-SP).

De acordo com o texto aprovado será crime punível com detenção de um a quatro anos e multa o ato de impedir ou dificultar o livre exercício da profissão de jornalista, mediante apreensão, adulteração ou destruição indevida de material de trabalho ou execução de captura ou prisão de pessoa que não esteja em situação de flagrante delito ou sem ordem judicial.

A mesma pena será aplicável à autoridade que, com a finalidade de impedir ou dificultar o livre exercício da profissão, atribuir falsamente ao jornalista fato definido como crime ou fato ofensivo à sua reputação; ofender a sua dignidade ou o decoro; e incentivar assédio direcionado a jornalista.

A relatora, Simone Marquette (MDB-SP), incorporou ao texto, já aprovado na Comissão de Cultura, o acesso preferencial a informações públicas; o recebimento, sempre que o acesso a uma informação demandada aos órgãos públicos for negado, de justificativa por escrito que detalhe, de maneira clara, os dispositivos legais que impedem a divulgação da informação requerida; e a isonomia no acesso a coletivas de imprensa concedidas por autoridades e servidores de órgãos públicos.

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Ester Cruz/Câmara dos Deputados



Dep. Simone
Marquette (MDB/SP)

CCOM em números

6.1 BALANÇO DE 2023

Eventos	Quantidade
Reunião de instalação e eleição da Mesa	2
Reuniões de instalação e eleição de subcomissões	2
Reuniões deliberativas extraordinárias	19
Reuniões ordinárias de subcomissões	2
Audiências públicas extraordinárias	8
Audiências públicas conjuntas	4
Reunião de comparecimento de ministro de estado	1
Seminário	1
Total	39

Proposições legislativas apreciadas em 2023	Quantidade
Projetos de Lei aprovados	17
Projetos de Lei rejeitados	4
Requerimentos aprovados	57
Requerimentos rejeitados	1
TVRs aprovadas	219
Total	298

Serviços de radiodifusão

7.1 APROVAÇÃO DE OUTORGAS E RENOVAÇÃO DE OUTORGAS VALORIZA A RADIODIFUSÃO

Em 2023, a Comissão de Comunicação aprovou 219 atos de outorga e de renovação de outorga de serviços de radiodifusão sonora (rádio) e de sons e imagens (televisão aberta).

TVR é a matéria legislativa que trata dos processos de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A Constituição Federal, por meio do inciso XII do art. 21, estabelece que compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão. Em caso de exploração indireta, o art. 223 da Carta Magna atribui ao Poder Executivo a competência para expedir os atos de outorga e renovação, bem como confere ao Congresso Nacional a responsabilidade pela sua apreciação.

Após a expedição do ato pelo Poder Executivo, o processo de radiodifusão é enviado por meio de Mensagem Presidencial para ser analisado e votado pelo Congresso Nacional. É neste momento de chegada ao Congresso Nacional, mais precisamente à Câmara dos Deputados, que o processo de outorga ou renovação recebe a denominação de TVR, em alusão à TV e ao rádio.

A TVR tem sua tramitação iniciada na Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados, a qual, observando a conformidade do processo aos termos legais, apresentará o Projeto de Decreto Legislativo respectivo. Uma vez aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, o Projeto segue sua tramitação no Senado Federal. Após aprovação, o outorgado passa a deter o direito de explorar o serviço pelo prazo de 10 anos, no caso do rádio, ou de 15 anos, no caso da TV, nos termos do respectivo Decreto Legislativo.



7.2 TVRS APRECIADAS NA CCOM - 2023

TVR 58/2020

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.007, de 10 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ana Roberto a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Missão Velha, Estado do Ceará.

Aprovado em 10/05/23.

TVR
169/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.119, de 28 de fevereiro de 2018, que renova a permissão outorgada à A Gazeta do Espírito Santo Rádio e TV Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Vitória, Estado do Espírito Santo.

Aprovado em 10/05/23.

TVR
216/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.786, de 04 de abril de 2018, que renova a permissão outorgada à Rádio Nova Geração LTDA para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Colatina, Estado do Espírito Santo.

Aprovado em 10/05/23.

TVR 79/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.712, de 28 de março de 2018, que renova a concessão outorgada ao Sistema Norte de Rádio LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Serra, Estado do Espírito Santo.

Aprovado em 10/05/23.

TVR 10/2020

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.216, de 1º de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada a ADEPAM - Amazônia em Defesa e Proteção do Meio Ambiente a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Benjamin Constant, Estado do Amazonas.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 24/2020

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.822, de 7 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação dos Comunicadores Novolindenses a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Olinda do Norte, Estado do Amazonas.

Aprovado em 02/08/23.

TVR
120/2020

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.033, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pedra Pintada a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itacoatiara, Estado do Amazonas.

Aprovado em 02/08/23.

TVR
207/2020

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.145, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada ao Centro de Serviços Socioeducativos e Técnico-Científicos para o Desenvolvimento Comunitário a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Solânea, Estado da Paraíba.

Aprovado em 02/08/23.

TVR
220/2020

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 886, de 10 de maio de 2016, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Desenvolvimento Social, Cultural e Educativo de Belém do Brejo do Cruz - ARCBELEM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Belém do Brejo do Cruz, Estado da Paraíba.

Aprovado em 02/08/23.

TVR
272/2020

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.256, de 9 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio Difusão Comunitária de Antas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Antas, Estado da Bahia.

Aprovado em 02/08/23.

TVR
300/2020

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.215, de 1º de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Moradores de Jaguaratama a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguaratama, Estado do Ceará.

Aprovado em 02/08/23.

TVR
311/2020

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.952, de 7 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de Sapezal a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sapezal, Estado do Mato Grosso.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 371/2020

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.143, de 9 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Pantaneira a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Coxim, Estado do Mato Grosso do Sul.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 408/2020

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 149, de 1 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Educativa Cidade FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Batayporã, Estado do Mato Grosso do Sul.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 80/2021

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.988, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Senhora da Conceição de Euclides da Cunha para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Euclides da Cunha, Estado da Bahia.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 94/2021

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 783, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Karababá de Cultura, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carauari, Estado do Amazonas.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 135/2021

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.175, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada ao Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Sobral para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sobral, Estado do Ceará.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 173/2021

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 249, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação de Difusão Comunitária de Palmeirópolis para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmeirópolis, Estado do Tocantins.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 216/2021

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.248, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Assaré para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Assaré, Estado do Ceará.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 217/2021

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.583, de 9 de fevereiro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alcinópolis, Estado do Mato Grosso do Sul.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 260/2021

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 589, de 7 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Francisco de Assis Dantas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Penaforte, Estado do Ceará.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 342/2021

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.709, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Educacional e Social de Montanha para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Montanha, Estado do Espírito Santo.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 402/2021

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.969, de 24 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Palmarense Rádio Comunitária para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 490/2021

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.050, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária da Rádio Alternativa FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Barra do Corda, Estado do Maranhão.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 9/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.826, de 9 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Comunidade São Sebastião de Amparo Social para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Sebastião do Caí, Estado do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 12/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.949, de 10 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural União Comunitária Zona Sul - ACONSUL para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 21/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 709, de 9 de fevereiro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Cristal de Radiodifusão Comunitária para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ametista do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 44/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.092, de 3 de novembro de 2020, que renova autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Social de Livramento a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Livramento, Estado da Paraíba.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 47/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.219, de 10 de agosto de 2021, que renova autorização à Associação Comunitária Educativa e Cultural de Radiodifusão Glória Embratel a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 50/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.270, de 10 de agosto de 2021, que renova autorização à Associação Cultural, Comunitária, Recreativa e Esportiva Collaziol Scotta a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 54/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.476, de 23 de agosto de 2022, que autoriza a Associação Comunitária Nordeste a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sananduva, Estado do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 55/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.275, de 24 de outubro de 2022, que outorga permissão à Herval Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 81/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.226, de 10 de fevereiro de 2020, que autoriza a Associação Comunitária Terra a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Balsas, Estado do Maranhão.

Aprovado em 02/08/23.

TVR
107/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto n. 11.279 de 8 de dezembro de 2022, que renova a concessão outorgada à TV Stúdios de Brasília Ltda para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, em Brasília, Distrito Federal.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 148/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto 11.281, de 12 de dezembro de 2022, que renova a concessão outorgada à TVSBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em 02/08/23.

TVR
149/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto 11.282 de 12 de dezembro de 2022, que renova a concessão outorgada à Televisão Sorocaba Ltda para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 240/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.410, de 28 de setembro de 2018, que outorga permissão à Fundação Cultural Francisco e Clara de Assis para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 243/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.142, de 27 de setembro de 2019, que outorga permissão à Fundação Riachão da Lagoa Nova para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Capistrano, Estado do Ceará.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 254/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.180, de 17 de outubro de 2022, que outorga permissão à Fundação Cultural e Assistencial Recuperando Vidas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 1/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto n.º 11.290, de 20 de dezembro de 2022, que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Bandeirantes de Minas Gerais Ltda para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 2/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de nº 11.290, de 20 de dezembro de 2022, que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Record S.A. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 3/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de nº 11.290, de 20 de dezembro de 2022, que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 4/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de nº 11.290, de 20 de dezembro de 2022, que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 5/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de nº 11.290, de 20 de dezembro de 2022, que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Brasília, Distrito Federal.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 6/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto nº 11.290, de 20 de dezembro de 2022, que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 7/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto nº 11.290, de 20 de dezembro de 2022, que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Recife, Estado de Pernambuco.

Aprovado em 02/08/23.

TVR 415/2020

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 792, de 9 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Clube FM a Voz de Nazaré a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Manacapuru, Estado do Amazonas.

Aprovado em 16/08/23.

TVR
290/2021

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 746, de 5 de junho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Vale do Uatumã para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas.

Aprovado em 16/08/23.

TVR 424/2021

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.231, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Nhamundá para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nhamundá, Estado do Amazonas.

Aprovado em 16/08/23.

TVR 437/2021

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 128, de 24 de julho de 2020, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Eirunepé para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Eirunepé, Estado do Amazonas.

Aprovado em 16/08/23.

TVR 70/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.561, de 3 de janeiro de 2018, que autoriza a Associação de Difusão Comunitária NSP Socorro a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Macapá, Estado do Amapá.

Aprovado em 16/08/23.

TVR 212/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 173, de 12 de abril de 2017, que outorga permissão à Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.

Aprovado em 16/08/23.

TVR 62/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3876, de 28 de setembro de 2017, que outorga permissão à Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Jales, Estado de São Paulo.

Aprovado em 16/08/23.

TVR 64/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.879, de 28 de setembro de 2017, que outorga permissão à Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Ituverava, Estado de São Paulo.

Aprovado em 16/08/23.

TVR 230/2020

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.740, de 7 de junho de 2017, que autoriza a Associação Comunitária Deus e o Povo do Sítio Cavaleiro Município das Correntes - PE a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Correntes, Estado de Pernambuco.

Aprovado em 30/08/23.

TVR
268/2020

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 414, de 9 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Itajobi a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itajobi, Estado de São Paulo.

Aprovado em 30/08/23.

TVR 372/2020

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.832, de 9 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Clube Jornal Meia Ponte a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pirenópolis, Estado de Goiás.

Aprovado em 30/08/23.

TVR
413/2020

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 775, de 9 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Educacional e Ambiental de Coari a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Coari, Estado do Amazonas.

Aprovado em 30/08/23.

TVR 427/2020

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.186, de 7 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Duartina, Estado de São Paulo.

Aprovado em 30/08/23.

TVR
256/2021

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.745, de 20 de dezembro de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Codajás para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Codajás, Estado do Amazonas.

Aprovado em 30/08/23.

TVR 369/2021

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.748, de 17 de setembro de 2019, retificada pela Portaria nº 6.166, de 13 de julho de 2022, que renova a autorização outorgada à Associação Para O Desenvolvimento Comunitário de Mamanguape para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mamanguape, Estado da Paraíba.

Aprovado em 30/08/23.

TVR 16/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.923, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Engenheiro Arcoverde para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Condado, Estado da Paraíba.

Aprovado em 30/08/23.

TVR 89/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 460, de 5 de junho de 2014, que autoriza à Associação de Radiodifusão Comunitária Chapéu de Couro a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Governador Newton Bello, Estado do Maranhão.

Aprovado em 30/08/23.

TVR 92/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.882, de 28 de setembro de 2017, que autoriza a Associação Protetora do Bairro do Olho D'Água - APROBOD a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Luís, Estado do Maranhão.

Aprovado em 30/08/23.

TVR 93/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.042, de 28 de setembro de 2017, que autoriza a Associação Comunitária do Povoado Km 17 de Codó - ACOPOC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Codó, Estado do Maranhão.

Aprovado em 30/08/23.

TVR
112/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.020, de 16 de junho de 2015, que autoriza à Associação Cultural Maraial a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Maraial, Estado de Pernambuco.

Aprovado em 30/08/23.

TVR 118/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.017, de 20 de dezembro de 2017, que autoriza à Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Meio Ambiente do Bairro de Rio Doce a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Olinda, Estado de Pernambuco.

Aprovado em 30/08/23.

TVR 135/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.309, de 30 de agosto de 2019, que autoriza a Associação Comunitária do Bairro José Carlos de Oliveira e Adjacências a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caruaru, Estado de Pernambuco.

Aprovado em 30/08/23.

TVR 142/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.209, de 28 de outubro de 2020, que autoriza a Associação Cultural Nova Geração de Dois Irmãos - ACNGDI a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dois Irmãos, Estado do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 30/08/23.

TVR 156/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.655, de 19 de maio de 2021, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Tabirense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tabira, Estado de Pernambuco.

Aprovado em 30/08/23.

TVR 159/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.176, de 28 de julho de 2021, que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Diamantina FM de Governador Edison Lobão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Governador Edison Lobão, Estado do Maranhão.

Aprovado em 30/08/23.

TVR 182/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 75, de 10 de fevereiro de 2020, que renova a permissão outorgada à Rádio Energia dos Vales Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Roca Sales, Estado do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 30/08/23.

TVR
192/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.995, de 20 de agosto de 2015, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Faxinalzinho a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Faxinalzinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 30/08/23.

TVR 199/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.779, de 21 de janeiro de 2021, que autoriza a Associação São Chico Nas Ondas de Rádio a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Francisco de Paula, Estado do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 30/08/23.

TVR
203/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.520, de 2 de setembro de 2021, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Alternativa FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Peritoró, Estado do Maranhão.

Aprovado em 30/08/23.

TVR 224/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.766, de 17 de fevereiro de 2021, que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora Aparecida de Chapadinha a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Chapadinha, Estado do Maranhão.

Aprovado em 30/08/23.

TVR 229/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.048, de 3 de novembro de 2015, que outorga permissão à Fundação Francisco Rodrigues Sancho para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Barra do Corda, Estado do Maranhão.

Aprovado em 30/08/23.

TVR 38/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.953, de 7 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pioneira de Água Doce do Norte de Radiodifusão para Promoção da Cultura, Artes e Educação para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Água Doce do Norte, Estado do Espírito Santo.

Aprovado em 30/08/23.

TVR 52/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 139, de 24 de julho de 2020, que renova a permissão outorgada à Rádio FM Norte Comunicação LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Boa Esperança, Estado do Espírito Santo.

Aprovado em 30/08/23.

TVR 63/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.516, de 15 de agosto de 2019, que outorga permissão à Fundação Brito Júnior de Rádio e TV Educativa para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Garça, Estado de São Paulo.

Aprovado em 30/08/23.

TVR 74/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.760, de 25 de maio de 2022, que outorga permissão à Fundação Brito Junior de Rádio e TV Educativa para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Vera Cruz, Estado de São Paulo.

Aprovado em 30/08/23.

TVR 88/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.101, de 16 de outubro de 2020, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de São Bento para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Bento, Estado da Paraíba.

Aprovado em 30/08/23.

TVR 92/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto nº 11.557, de 13 de junho de 2023, que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão OM Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Londrina, Estado do Paraná.

Aprovado em 30/08/23.

TVR 169/2020

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.582, de 9 de fevereiro de 2018, que renova a autorização outorgada à Sociedade de Assistência e Ocupação do Menor (PROAME) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Presidente Alves, Estado de São Paulo.

Aprovado em 20/09/23.

TVR
382/2020

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.165, de 20 de dezembro de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Vida Nova para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Ferreira, Estado de São Paulo.

Aprovado em 20/09/23.

TVR 1/2020

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 33, de 6 de fevereiro de 2014, que autoriza a Associação Amigos da Cultura e do Meio Ambiente - Taquaruçu - Canto das Artes a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado do Tocantins.

Aprovado em 18/10/23.

TVR
368/2020

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 545, de 9 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Sociedade dos Ecologistas de Tambaú a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tambaú, Estado de São Paulo.

Aprovado em 18/10/23.

TVR 71/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.910, de 8 de novembro de 2018, que autoriza a Associação dos Produtores Rurais do Povoado Maracujá a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aldeias Altas, Estado do Maranhão.

Aprovado em 18/10/23.

TVR 99/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 363, de 17 de agosto de 2020, que autoriza à Associação Comunitária Litoral do Turi - ACOLIT a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Turiaçu, Estado do Maranhão.

Aprovado em 18/10/23.

TVR 101/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.758, de 21 de janeiro de 2021, que autoriza a Associação Cultural de Dom Cavati a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dom Cavati, Estado de Minas Gerais.

Aprovado em 18/10/23.

TVR 110/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 348, de 11 de dezembro de 2013, que autoriza a Associação de Apoio à Cultura de Carrasco Bonito a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carrasco Bonito, Estado do Tocantins.

Aprovado em 18/10/23.

TVR 116/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.045, de 28 de setembro de 2017, que autoriza a Associação de Desenvolvimento Social Cultural da Localidade Itaúna a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Castelo do Piauí, Estado do Piauí.

Aprovado em 18/10/23.

TVR 117/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.058, de 28 de setembro de 2017, que autoriza a Associação de Desenvolvimento Cultural e Social do Bairro Renascença (ADECOBRE) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Teresina, Estado do Piauí.

Aprovado em 18/10/23.

TVR 119/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.154, de 20 de dezembro de 2017, que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário Cultural e Social de Água Branca (ADECAB) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Água Branca, Estado do Piauí.

Aprovado em 18/10/23.

TVR 127/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.744, de 8 de novembro de 2018, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Buritirana FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado do Tocantins.

Aprovado em 18/10/23.

TVR 141/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 364, de 17 de agosto de 2020, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão e Cultura de Luzilândia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Luzilândia, Estado do Piauí.

Aprovado em 18/10/23.

TVR
144/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.771, de 21 de janeiro de 2021, que autoriza a Associação Cultural de Radiodifusão Palmas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado do Tocantins.

Aprovado em 18/10/23.

TVR 146/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.617, de 5 de setembro de 2022, que autoriza a Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Campomaio-riense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Maior, Estado do Piauí.

Aprovado em 18/10/23.

TVR 188/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 421, de 22 de maio de 2014, que autoriza a Associação Santa Maria de Difusão e Cultura - ASMDDCEC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Maria do Tocantins, Estado do Tocantins.

Aprovado em 18/10/23.

TVR 190/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.259, de 16 de junho de 2015, que autoriza a Associação Coloniense de Radiodifusão Comunitária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Colônia do Piauí, Estado do Piauí.

Aprovado em 18/10/23.

TVR 191/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.434, de 30 de julho de 2015, que autoriza a Associação Anglo de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Angico - AADACESA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Angico, Estado do Tocantins.

Aprovado em 18/10/23.

TVR 194/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.337, de 7 de junho de 2017, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Balsas FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Balsas, Estado do Maranhão.

Aprovado em 18/10/23.

TVR 207/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.449, de 18 de agosto de 2022, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Ponta da Serra FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Betânia do Piauí, Estado do Piauí.

Aprovado em 18/10/23.

TVR 225/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.769, de 1 de junho de 2021, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Kativa FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Balsas, Estado do Maranhão.

Aprovado em 18/10/23.

TVR 230/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.124, de 10 de novembro de 2015, que outorga permissão à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Careiro, Estado do Amazonas.

Aprovado em 18/10/23.

TVR 246/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.355, de 21 de dezembro de 2021, que outorga permissão à Fundação Cultural de Conselheiro Pena para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Resplendor, Estado de Minas Gerais.

Aprovado em 18/10/23.

TVR 18/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.746, de 8 de novembro de 2018, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Hipolitana FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Monsenhor Hipólito, Estado do Piauí.

Aprovado em 18/10/23.

TVR 22/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.105, de 2 de março de 2021, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Interativa FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Betânia do Piauí, Estado do Piauí.

Aprovado em 18/10/23.

TVR 35/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.623, de 5 de setembro de 2022, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de São Francisco do Piauí a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Francisco do Piauí, Estado do Piauí.

Aprovado em 18/10/23.

TVR 68/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.433, de 28 de setembro de 2018, que outorga permissão à Fundação Aio de Educação e Assistência Social - FAES para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Timbaúba, Estado de Pernambuco.

Aprovado em 18/10/23.

TVR 70/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.525, de 31 de outubro de 2018, que outorga permissão à Fundação Cultural Tocantinense para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Bezerros, Estado de Pernambuco.

Aprovado em 18/10/23.

TVR 73/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.185, de 27 de agosto de 2019, que autoriza o Instituto de Comunicação e Cultura de Estrela do Norte a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Estrela do Norte, Estado de Goiás.

Aprovado em 22/11/23.

TVR 77/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.978, de 24 de setembro de 2019, que autoriza a Associação Cultural Comunitária Nova Voz para Trindade a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Trindade, Estado de Goiás.

Aprovado em 22/11/23.

TVR
125/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.848, de 2 de agosto de 2018, que autoriza à Associação de Comunicação Comunitária Araraquarense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Araraquara, Estado de São Paulo.

Aprovado em 22/11/23.

TVR 126/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.187, de 28 de setembro de 2018, que autoriza à Associação Cultural Comunitária Jardim Viel e Adjacência a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sumaré, Estado de São Paulo.

Aprovado em 22/11/23.

TVR 130/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.295, de 8 de novembro de 2018, que autoriza à Associação Cultural Artística Uma Nova Voz Para Campinas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

Aprovado em 22/11/23.

TVR 131/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.723, de 8 de novembro de 2018, que autoriza à Associação Comunitária e Cultural Amigos de Santiago do Norte a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso.

Aprovado em 22/11/23.

TVR 136/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.979, de 24 de setembro de 2019, que autoriza à Associação Comunitária Cultural "Ação e Cidadania de Vinhedo" a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vinhedo, Estado de São Paulo.

Aprovado em 22/11/23.

TVR 140/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 362, de 17 de agosto de 2020, que autoriza à Associação de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Nova Monte Verde - ADAC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Monte Verde, Estado do Mato Grosso.

Aprovado em 22/11/23.

TVR 145/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.772, de 7 de janeiro de 2021, que autoriza à Associação Comunitária Rádio Votorantim a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Votorantim, Estado de São Paulo.

Aprovado em 22/11/23.

TVR
153/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.093, de 16 de outubro de 2020, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Paz FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Planaltina, Estado de Goiás.

Aprovado em 22/11/23.

TVR 155/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.100, de 16 de outubro de 2020, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Sebastião Cândido Rios de Trindade Goiás para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Trindade, Estado de Goiás.

Aprovado em 22/11/23.

TVR 171/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.301, de 3 de julho de 2018, que renova a permissão outorgada ao Sistema Barretense de Comunicação e Cultura Ltda. - EPP para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barretos, Estado de São Paulo.

Aprovado em 22/11/23.

TVR 174/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.209, de 24 de agosto de 2018, que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Araçatuba Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Araçatuba, Estado de São Paulo.

Aprovado em 22/11/23.

TVR 178/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.442, de 23 de outubro de 2018, que renova a permissão outorgada à Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Itapirapuã, Estado de Goiás.

Aprovado em 22/11/23.

TVR 198/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.774, de 7 de janeiro de 2021, que autoriza à Associação Comunitária de Nova Bandeirantes a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Bandeirantes, Estado do Mato Grosso.

Aprovado em 22/11/23.

TVR
202/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.359, de 14 de agosto de 2021, que autoriza à Associação Comunitária Distrito de Santa Rosa - ACDSR a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Formosa, Estado de Goiás.

Aprovado em 22/11/23.

TVR 206/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.242, de 21 de julho de 2022, que autoriza à Associação Comunitária de Radiodifusão de São José do Norte a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José do Norte, Estado do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 22/11/23.

TVR 8/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.225, de 5 de junho de 2015, que autoriza a Associação Radiodifusão do Polvilho (ADIPO) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cajamar, Estado de São Paulo.

Aprovado em 22/11/23.

TVR 15/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.973, de 28 de setembro de 2018, que autoriza a Associação Tapurahense de Radiodifusão Comunitária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tapurah, Estado do Mato Grosso.

Aprovado em 22/11/23.

TVR 19/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.569, de 27 de dezembro de 2018, que autoriza a Associação Comunitária Santanense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 22/11/23.

TVR 25/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.154, de 11 de julho de 2022, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Amigos de Marcelino Ramos - ACCAMAR a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marcelino Ramos, Estado do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 22/11/23.

TVR 26/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.232, de 20 de julho de 2022, que autoriza a Associação Comunitária Beneficente, Cultural e Social Ibitinguense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibitinga, Estado de São Paulo.

Aprovado em 22/11/23.

TVR 28/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.338, de 4 de agosto de 2022, que autoriza a Associação Santa Luzia de Difusão Cultural, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 22/11/23.

TVR 34/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.622, de 5 de setembro de 2022, que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de União do Norte a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Peixoto de Azevedo, Estado do Mato Grosso.

Aprovado em 22/11/23.

TVR 36/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.777, de 14 de setembro de 2022, que autoriza a Associação Comunitária, Artística e Educativa de Inhacorá - ACAEI a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Inhacorá, Estado do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 22/11/23.

TVR 41/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.089, de 16 de outubro de 2020, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Rádio Comunitária São João FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São João do Polêsine, Estado do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 22/11/23.

TVR 45/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.356, de 13 de agosto de 2021, que renova a autorização outorgada à Associação Amigos de Campo Bom para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 22/11/23.

TVR 47/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.393, de 18 de agosto de 2021, que renova a autorização outorgada à Associação e Rádio Comunitária Super para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Aprovado em 22/11/23.

TVR 51/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.861, de 19 de setembro de 2019, que renova a permissão outorgada à Bispo Guaporé Radiodifusão LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Nerópolis, Estado de Goiás.

Aprovado em 22/11/23.

TVR 56/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 118, de 21 de fevereiro de 2014, que outorga permissão ao Município de Avaré para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Avaré, Estado de São Paulo.

Aprovado em 22/11/23.

TVR 57/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.127, de 10 de novembro de 2015, que outorga permissão ao Município de Catanduva para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Catanduva, Estado de São Paulo.

Aprovado em 22/11/23.

TVR 58/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 743, de 11 de maio de 2016, que outorga permissão à Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Jaboticabal, Estado de São Paulo.

Aprovado em 22/11/23.

TVR 84/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.819, de 9 de novembro de 2018, que renova a concessão outorgada à LB - Sistema de Comunicação do Vale LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Encantado, Estado do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 22/11/23.

TVR 255/2021

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.224, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Ouro Verde para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ouro Verde, Estado de Goiás.

Aprovado em 06/12/23.

TVR 489/2021

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.988, de 7 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária de Santo Antônio do Descoberto FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santo Antônio do Descoberto, Estado de Goiás.

Aprovado em 06/12/23.

TVR 68/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.604, de 20 de dezembro de 2017, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Lagoa Santa a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lagoa Santa, Estado de Goiás.

Aprovado em 06/12/23.

TVR 94/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.072, de 28 de setembro de 2017, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural do Bairro Extrema - ASCORCULBE a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Grajaú, Estado do Maranhão.

Aprovado em 06/12/23.

TVR 120/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.023, de 16 de janeiro de 2018, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Agroana FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Poconé, Estado do Mato Grosso.

Aprovado em 06/12/23.

TVR 177/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.312, de 11 de outubro de 2018, que renova a permissão outorgada à Rádio Barretos Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barretos, Estado de São Paulo.

Aprovado em 06/12/23.

TVR 244/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.004, de 7 de outubro de 2020, que outorga permissão à Fundação Cultural Plácido Gurgel Nogueira para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Paracuru, Estado do Ceará.

Aprovado em 06/12/23.

TVR 90/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.467, de 15 de outubro de 2019, que outorga permissão à Sociedade Rádio Contemporânea FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Valentim, Estado do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 06/12/23.

TVR 98/2020

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.820, de 9 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural de Comunicação Esperança e Vida a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 250/2020

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.781, de 22 de novembro de 2018, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Boa Vista FM de São Sebastião da Boa Vista do Marajó a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Sebastião da Boa Vista, Estado do Pará.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 387/2020

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.364, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Belterra a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Belterra, Estado do Pará.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 401/2020

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 737, de 6 de maio de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Tucumaense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tucumã, Estado do Pará.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 5/2021

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.178, de 4 de outubro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Filadélfia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tucuruí, Estado do Pará.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 79/2021

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.980, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nova Esperança para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cipó, Estado da Bahia.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 90/2021

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 234, de 1º de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Abadiânia, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abadiânia, Estado de Goiás.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 128/2021

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.486, de 7 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Cachoeira Paulista de Radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 209/2021

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.180, de 8 de novembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Munguba para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Almeirim, Estado do Pará.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 221/2021

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.866, de 19 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação Popular de Xinguara para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Xinguara, Estado do Pará.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 225/2021

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.236, de 14 de outubro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Beneficente e Comunitária Caminhos da Vida para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itumbiara, Estado de Goiás.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 333/2021

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.965, de 7 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural das Entidades Mantenedoras de Radiodifusão Comunitária para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Belém, Estado do Pará.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 339/2021

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.052, de 7 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Transviçosa de Radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Viçosa, Estado da Bahia.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 347/2021

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.709, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Arapuá para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 368/2021

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.744, de 17 de setembro de 2019, retificada pela Portaria nº 6.211, de 19 de julho de 2022, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Altamira para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Altamira, Estado do Pará.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 382/2021

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.257, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação de Apoio Comunitário Bethel para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 447/2021

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.440, de 7 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Cultura, Lazer e Comunicação de Pontal para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pontal, Estado de São Paulo.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 11/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.939, de 10 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Assaí para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Assaí, Estado do Paraná.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 59/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.061, de 14 de maio de 2015, que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Anápolis, Estado de Goiás.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 62/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.553, de 6 de maio de 2021, que outorga permissão à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Muritiba, Estado da Bahia.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 67/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.869, de 20 de dezembro de 2017, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Radiodifusão Tum FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Juazeiro, Estado da Bahia.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 72/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.177, de 27 de agosto de 2019, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão e Educação a Voz da Serra a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Livramento de Nossa Senhora, Estado da Bahia.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 76/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.405, de 3 de setembro de 2019, que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Guanambi a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guanambi, Estado da Bahia

Aprovado em 13/12/23.

TVR 79/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.878, de 7 de novembro de 2019, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Chapada FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Teresina de Goiás, Estado de Goiás.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 85/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.785, de 21 de janeiro de 2021, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Rio Verdense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Verde, Estado de Goiás.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 88/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.104, de 2 de março de 2021, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Salobro FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Canarana, Estado da Bahia.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 91/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.987, de 1 de dezembro de 2015, que autoriza a Associação Comunitária Beneficente de Radiodifusão do Bairro Alvorada (ASCOBRADI) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 95/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.187, de 21 de agosto de 2019, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Terra Alta - ARCTA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Terra Alta, Estado do Pará.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 96/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.982, de 24 de setembro de 2019, que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Radiodifusão Shalon a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Canaã dos Carajás, Estado do Pará.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 100/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.569, de 8 de dezembro de 2020, que autoriza a Associação de Rádio Difusão Comunitária da Ilha de Cotijuba a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Belém, Estado do Pará.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 102/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.782, de 21 de janeiro de 2021, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Conquista a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marabá, Estado do Pará.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 109/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 336, de 3 de dezembro de 2013, que autoriza a Associação da Rádio Difusora Comunitária de Itaquiraí a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaquiraí, Estado do Mato Grosso do Sul.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 115/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 892, de 10 de maio de 2016, que autoriza a Associação Comunitária de Sumaré a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sumaré, Estado de São Paulo.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 128/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.159, de 8 de novembro de 2018, que autoriza a Associação Comunitária e Educativa de José Bonifácio a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de José Bonifácio, Estado de São Paulo.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 137/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.984, de 24 de setembro de 2019, que autoriza à Associação Cultural e Artística de Dobrada a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dobrada, Estado de São Paulo.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 147/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto nº 11.280, de 12 de dezembro de 2022, que renova a concessão outorgada ao Sistema Araçá de Comunicação Ltda para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Araçatuba, Estado de São Paulo.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 154/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.097, de 16 de outubro de 2020, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Nova Rússia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 162/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.396, de 18 de agosto de 2021, que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores e Amigos de Serranópolis do Iguaçu para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Serranópolis do Iguaçu, Estado do Paraná.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 163/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.492, de 31 de agosto de 2021, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Nova Dimensão de Radiodifusão para Desenvolvimento Cultural e Artístico para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra do Choça, Estado da Bahia.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 168/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.712, de 28 de junho de 2017, que renova a permissão outorgada à Rádio Master FM Ltda - Me para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São João do Ivaí, Estado do Paraná.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 181/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.103, de 3 de dezembro de 2018, que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Liberdade Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 183/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 138, de 24 de julho de 2020, que renova a permissão outorgada ao Sistema Plug de Comunicações Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Sarandi, Estado do Paraná.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 186/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 19, de 20 de janeiro de 2012, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Carmópolis a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Carmópolis, Estado de Sergipe.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 195/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.881, de 7 de novembro de 2019, que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Breu Branco a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Breu Branco, Estado do Pará.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 201/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.233, de 19 de março de 2021, que autoriza a Associação de Promoção Educativa e Cultural de Cocos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cocos, Estado da Bahia.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 220/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.209, de 13 de novembro de 2015, que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia a explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Jacobina, Estado da Bahia.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 231/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 559, de 11 de maio de 2016, que outorga permissão ao Estado da Bahia - Secretaria de Comunicação Social do Estado da Bahia para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Itapetinga, Estado da Bahia.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 233/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.123, de 11 de maio de 2016, que outorga permissão às Faculdades Integradas de Três Lagoas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 235/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.165, de 12 de abril de 2017, que outorga permissão ao Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Porto Seguro, Estado da Bahia.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 238/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.841, de 28 de setembro de 2017, que outorga permissão ao Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Paulo Afonso, Estado da Bahia.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 239/2022

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.308, de 20 de dezembro de 2017, que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Guarabira, Estado da Paraíba.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 10/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 887, de 10 de maio de 2016, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Rio Vermelho FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lagoa Grande, Estado de Pernambuco.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 11/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.794, de 10 de maio de 2016, que autoriza o Instituto Técnico de Capacitação Humana - INTECH a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paço do Lumiar, Estado do Maranhão.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 16/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.178, de 28 de setembro de 2018, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural de Lagoa Grande, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lagoa Grande, Estado de Pernambuco.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 17/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.743, de 8 de novembro de 2018, que autoriza a Associação Rádio Comunitária do Trairão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Trairão, Estado do Pará.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 21/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.880, de 7 de novembro de 2019, que autoriza a Associação União de Radiodifusão Comunitária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Zé Doca, Estado do Maranhão.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 31/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.357, de 8 de agosto de 2022, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de São José dos Pinhais a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 49/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.087, de 11 de junho de 2018, que renova a permissão outorgada à Rádio FM 95 Stéreo LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de União da Vitória, Estado do Paraná.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 53/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 140, de 24 de julho de 2020, que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Mococa LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Mococa, Estado de São Paulo.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 60/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.125, de 11 de maio de 2016, que outorga permissão à Fundação Exclusiva Educativa para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Campo Mourão, Estado do Paraná.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 61/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.210, de 11 de maio de 2016, que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Londrina, Estado do Paraná.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 65/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.098, de 14 de março de 2018, que outorga permissão à Fundação Bom Conselho - FBC para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Bom Conselho, Estado de Pernambuco.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 66/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.166, de 14 de março de 2018, que outorga permissão à Fundação João Matias de Oliveira para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Barras, Estado do Piauí.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 71/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 269, de 10 de fevereiro de 2020, que outorga permissão à Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 75/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 807, de 9 de maio de 2016, que renova a permissão outorgada à Fundação Claret para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Batatais, Estado de São Paulo.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 85/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.106, de 3 de dezembro de 2018, que renova a concessão outorgada à Rádio Voz do Sudoeste LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná.

Aprovado em 13/12/23.

TVR 91/2023

PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto nº 11.465, de 4 de abril de 2023, que renova a concessão outorgada à Televisão Independente de São José do Rio Preto Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Aprovado em 13/12/23.

7.3 ATO NORMATIVO (CCOM) N.1 DE 2023

Dispõe sobre as normas para apreciação dos atos de outorga e de renovação de concessão, permissão ou autorização de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A Comissão de Comunicação resolve:

Art. 1º A apreciação, na Comissão de Comunicação, dos atos de outorga e de renovação de concessão, permissão ou autorização de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens obedecerá às formalidades e critérios enunciados nesta norma.

Art. 2º O exame dos atos a que se refere o art. 1º far-se-á à vista dos seguintes itens, que deverão integrar o processo em meio digital submetido à Comissão:

- I – cópia da Portaria ou do Decreto correspondente à outorga ou à renovação de outorga;
- II – cópia de todos os documentos integrantes do processo de outorga ou de renovação de outorga; e
- III – cópia do parecer conclusivo, sem ressalvas, do órgão competente do Poder Executivo atestando que o processo de outorga ou de renovação de outorga está em conformidade com a legislação e a regulamentação do Poder Executivo que regem a matéria.

Parágrafo único. A seu juízo, o relator da matéria poderá solicitar à Secretaria da Comissão que requeira à emissora ou ao órgão competente do Poder Executivo o envio de documentos complementares que não constem do processado originalmente encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara dos Deputados, desde que os documentos requeridos:

- a) sejam considerados imprescindíveis para a análise do processo de outorga ou renovação de outorga; e
- b) façam parte do rol de documentos exigidos pela legislação ou pela regulamentação do Poder Executivo na instrução do processo.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua aprovação.

Sala da Comissão, 29 de março de 2023

Deputado Amaro Neto, presidente



Proposições apreciadas

8.1 REQUERIMENTOS APRECIADOS NA CCOM - 2023

REQ-1/2023

GUSTAVO GAYER - Requer a realização de Audiência Pública sobre a Institucionalização da censura no Brasil.

Aprovado em 22/03/23.

REQ-2/2023

SILAS CÂMARA - Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Comunicação, para o Ministro de Estado das Comunicações, apresentar o plano de Governo.

Aprovado em 22/03/23.

REQ-3/2023

GUSTAVO GAYER - Requer aditamento ao Requerimento nº 01/2023, para incluir convidados para a audiência pública a ser realizada nesta Comissão sobre a Institucionalização da censura no Brasil.

Aprovado em 22/03/23.

REQ-7/2023

GUSTAVO GAYER - Requer a realização de Audiência Pública, no sentido de esclarecer o plano de governo sobre as ações previstas no âmbito da Secretaria de Comunicação Social, em especial a Liberdade de expressão e da imprensa.

Aprovado em 22/03/23.

REQ-8/2023

GUSTAVO GAYER - Requer a realização de Audiência Pública sobre o plano de governo e ações previstas no âmbito da Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia vinculada à Advocacia Geral da União (AGU).

Aprovado em 22/03/23.

REQ-9/2023

DAVID SOARES - Requer a criação de Subcomissão Especial para debater a Atualização das Competências da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

Aprovado em 29/03/23.

REQ-11/2023

SILAS CÂMARA - Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Comunicação, para o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações apresentar o cronograma de instalação do 5G e explanar sobre a destinação dos recursos do leilão do 5G.

Aprovado em 29/03/23.

REQ-12/2023

NIKOLAS FERREIRA - Solicita o encaminhamento de requerimento de informação ao Ministro da Secretaria de Comunicação Social, Paulo Pimenta.

Aprovado em 12/04/23.

REQ-13/2023

AMARO NETO - Requer a realização de Audiência Pública para debater o plano de trabalho da Empresa Brasil de Comunicação – EBC – na atual gestão da entidade.

Aprovado em 12/04/23.

REQ-14/2023

BIBO NUNES - Requer que seja convidado o Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social para tratar do conceito de Fake News a ser aplicado.

Aprovado em 12/04/23.

REQ-15/2023

GUSTAVO GAYER - Requer a criação da Subcomissão Especial sobre o combate à Censura.

Aprovado em 12/04/23.

REQ-16/2023

CAROL DARTORA - Requer a realização de Audiência Pública para discutir Fake News e disseminação de ódio nas redes.

Aprovado em 12/04/23.

REQ-17/2023

CAROL DARTORA - Requer aditamento ao Requerimento nº 16/2023, para incluir convidados para a Audiência Pública a ser realizada nessa Comissão sobre Fake News e disseminação de ódio nas redes.

Aprovado em 12/04/23.

REQ-18/2023

ANDRÉ FIGUEIREDO - Requer a realização de Audiência Pública conjunta entre a Comissão de Saúde, a Comissão de Educação, a Comissão de Comunicação e a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado para debater o problema dos atentados com arma branca e arma de fogo a escolas de educação básica no Brasil.

Aprovado em 03/05/23.

REQ-19/2023

FILIPPE BARROS - Requer a convocação do Excelentíssimo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para prestar esclarecimentos sobre as ações adotadas pela sua pasta no que tange à agenda de combate à desinformação e regulamentação da internet, em especial em relação à minuta de texto do Poder Executivo para o PL nº 2630/2020, em discussão nesta Casa.

Aprovado em 03/05/23.

REQ-20/2023

FILIPPE BARROS - Requer a convocação do Excelentíssimo Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República, Sr. Paulo Pimenta, para prestar esclarecimentos sobre as ações adotadas no âmbito da Secretaria de Comunicação Social no que tange à agenda de combate à desinformação, em especial em relação à campanha “Brasil Contra Fake” e à minuta de texto do Poder Executivo para o PL nº 2630/2020, em discussão nesta Casa.

Aprovado em 03/05/23.

REQ-21/2023

RODRIGO VALADARES - Requer a realização de Audiência Pública para discutir o papel das redes sociais no combate à violência nas escolas.

Aprovado em 03/05/23.

REQ-22/2023

DAVID SOARES - Requer que seja realizada a audiência pública na Comissão de Comunicação para debater sobre o uso da internet como ambiente de propagação e planejamento de ataque e outras ações violentas, sobretudo nas escolas.

Aprovado em 03/05/23.

REQ-24/2023

JANDIRA FEGHALI - Requer Aditamento ao Requerimento nº 22/2023, para inclusão de palestrante em audiência pública na Comissão de Comunicação.

Aprovado em 03/05/23.

REQ-25/2023

FILIPPE BARROS - Requer o convite ao Ministro de Estado da AGU para prestar esclarecimentos a respeito do combate às Fake News.

Aprovado em 03/05/23.

REQ-26/2023 JULIANA CARDOSO - Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre o papel das plataformas digitais, como as redes sociais, na formação da opinião pública e os seus impactos para a democracia.

Aprovado em 03/05/23.

REQ-27/2023 LUIZA ERUNDINA - Requer a realização de audiência pública para discutir o combate à violência contra as escolas e na sociedade, incentivada pelo consumo de material, principalmente em plataformas de jogos online, que estimule comportamentos violentos com base em mensagens de ódio, articulação criminosa para incitação a ataques, desinformação, preconceito de classe, gênero e raça.

Aprovado em 10/05/23.

REQ-28/2023 FILIPE BARROS - Requer a convocação do Ministro de Estado da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República, Sr. Paulo Pimenta, bem como a Presidente do Banco do Brasil, Sra. Tarciana Paula Gomes Medeiros, para prestar esclarecimentos sobre as ações adotadas no âmbito da Secretaria de Comunicação Social no que tange à retirada de patrocínio à Agrishow em Ribeirão Preto.

Aprovado em 10/05/23.

REQ-29/2023 LUIZA ERUNDINA - Requer a realização de audiência pública para discutir a manipulação de informações e o abuso de poder econômico na campanha das big techs contra o PL nº 2630/20.

Aprovado em 10/05/23.

REQ-31/2023 FRED LINHARES - Requer a realização de audiência pública para debater o PL nº 2.370, de 2019, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais.

Aprovado em 10/05/23.

REQ-32/2023 CEZINHA DE MADUREIRA - Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Comunicação para debater a garantia do acesso de professores e estudantes da rede pública de ensino à plataforma de fomento à educação à distância.

Aprovado em 10/05/23.

REQ-34/2023	<p>JADYEL ALENCAR - Requer a realização de Audiência Pública sobre o jornalismo digital e seu papel no acesso à informação.</p> <p>Aprovado em 02/08/23.</p>
REQ-36/2023	<p>AMARO NETO - Requer a realização de evento interno para recepção de autoridades.</p> <p>Aprovado em 02/08/23.</p>
REQ-40/2023	<p>DAVID SOARES - Requer que seja realizada audiência pública na Subcomissão Especial da Comissão de Comunicação para debater a atualização das competências da agência nacional de telecomunicações (Anatel).</p> <p>Aprovado em 02/08/23.</p>
REQ-41/2023	<p>GILVAN MAXIMO - Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, com representantes das Operadoras de Telefonia Móvel.</p> <p>Aprovado em 16/08/23.</p>
REQ-45/2023	<p>AMARO NETO - Requer a realização de seminário conjunto com as Comissões de Ciência, Tecnologia e Inovação, de Comunicação e de Educação, com o tema: "Conectividade universal e significativa: o poder do digital transformando o Brasil".</p> <p>Aprovado em 16/08/23.</p>
REQ-46/2023	<p>AMARO NETO - Requer a realização de Audiência Pública para debater "A importância da formação superior para o exercício do jornalismo".</p> <p>Aprovado em 16/08/23.</p>
REQ-47/2023	<p>JADYEL ALENCAR - Requer aditamento ao requerimento nº 34/2023, que solicita a realização de Audiência Pública sobre o jornalismo digital e seu papel no acesso à informação, para inclusão de convidado.</p> <p>Aprovado em 16/08/23.</p>
REQ-35/2023	<p>JULIA ZANATTA - Requer seja aprovada moção de repúdio contra a publicação da colunista Giovana Madaloso divulgada pela Folha de São Paulo que se refere à população Catarinense como nazista e fascista.</p> <p>Aprovado em 23/08/23.</p>

REQ-37/2023 GUSTAVO GAYER - Requer a aprovação de moção de repúdio contra a Folha de São Paulo, pela publicação da matéria que associa propriedade no interior de Santa Catarina ao ideário nazista.

Aprovado em 23/08/23.

REQ-39/2023 GUSTAVO GAYER - Requer a aprovação de moção de repúdio contra os agentes a serviço do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência brasileira que agrediram a jornalista Delis Ortiz com um soco no peito.

Aprovado em 23/08/23.

REQ-42/2023 GUSTAVO GAYER - Solicita o depoimento dos Srs. Leonardo de Carvalho Leal, Humberto Santana Ribeiro Filho e Mayara Stelle, representantes da Associação Sleeping Giants Brasil.

Aprovado em 23/08/23.

REQ-49/2023 JULIA ZANATTA - Solicita, no âmbito da Comissão de Comunicação, a realização de estudos em conjunto com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, sobre as atividades de entidades denominadas Sleeping Giants Brasil e ações atentatórias da liberdade de imprensa no Brasil.

Aprovado em 23/08/23.

REQ-51/2023 AMARO NETO - Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do planejamento estratégico da ANATEL para o quinquênio 2023-2027.

Aprovado em 30/08/23.

REQ-52/2023 JADYEL ALENCAR - Requer a realização de audiência pública para debater o PL 490/2011, que "Altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências", para disciplinar a denominação das entidades autorizadas a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária."

Aprovado em 30/08/23.

REQ-56/2023 FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 12/2015, que dispõe sobre a utilização de sistemas de verificação biométrica e dá outras providências.

Aprovado em 20/09/23.

REQ-57/2023

FRED LINHARES - Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre o mercado de publicidade, expor a importância dos padrões de qualidade, dos processos realizados e apresentar a lógica de funcionamento do setor.

Aprovado em 20/09/23.

REQ-60/2023

ANDRÉ FIGUEIREDO - Requer a realização de audiência pública para debater a destinação da faixa de frequência de 6GHz.

Aprovado em 20/09/23.

REQ-61/2023

VITOR LIPPI - Requer, em aditamento ao REQ. 57/23, que seja incluída a participação da IAB Brasil em Audiência Pública que vai de debater sobre o mercado de publicidade, expor a importância dos padrões de qualidade, dos processos realizados e apresentar a lógica de funcionamento do setor.

Aprovado em 20/09/23.

REQ-62/2023

FRED LINHARES - Requer o aditamento ao requerimento nº 57/2023, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre o mercado de publicidade, expor a importância dos padrões de qualidade, dos processos realizados e apresentar a lógica de funcionamento do setor."

Aprovado em 18/10/23.

REQ-63/2023

SILVYE ALVES - Requer realização de audiência pública para debater a utilização da internet para a prática de crimes de abuso e violência sexual contra crianças e adolescentes, a fim de subsidiar a relatoria do Projeto de Lei n.º 2514/2015 (apensado PL nº 7873/2017).

Aprovado em 18/10/23.

REQ-64/2023

FRED LINHARES - Requer o aditamento ao requerimento nº 31/2023, que "Requer a realização de audiência pública para debater o PL nº 2.370, de 2019, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais.

Aprovado em 18/10/23.

REQ-65/2023

JADYEL ALENCAR - Requer o aditamento ao requerimento nº 60/2023 de audiência pública para debater a destinação da faixa de frequência de 6GHz, para inclusão de convidado.

Aprovado em 18/10/23.

REQ-67/2023

JADYEL ALENCAR - Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: “Boas práticas para a proteção de dados e publicidade digital para crianças e adolescentes na internet”.

Aprovado em 18/10/23.

REQ-66/2023

GUSTAVO GAYER - Requer a realização de Seminário, no âmbito da Subcomissão Especial Sobre o Combate à Censura, para tratar sobre liberdade de expressão, censura e “cultura do cancelamento” cujas vítimas são comunicadores de direita.

Aprovado em 25/10/23.

REQ-68/2023

GUSTAVO GAYER - Requer a aprovação de Moção de Repúdio contra os meios de comunicação que usaram o termo “combatentes” para se referirem aos terroristas extremistas do Hamas e para falarem dos manifestantes que apenas estiveram acampados no Quartel do Exército ou que invadiram os prédios públicos sem armas ou violência física alguma usaram o termo “terroristas”.

Aprovado em 25/10/23.

REQ-69/2023

NIKOLAS FERREIRA - Requer o aditamento ao Requerimento nº 66/2023 para inclusão de convidados na realização de Seminário no âmbito da Subcomissão Especial sobre o combate à censura.

Aprovado em 25/10/23.

REQ-70/2023

RODRIGO VALADARES - Requer aprovação de Moção de Repúdio ao Senhor Hélio Doyle, ex-Presidente da Empresa Brasil de Comunicação – EBC por propagação e apoio de ideias antissemitas.

Aprovado em 29/11/23.

REQ-72/2023

GUSTAVO GAYER - Requer a aprovação de moção de repúdio contra o vereador Carlão (PT) de Cocal/PI, acusado de uma terrível tentativa de homicídio contra o jornalista Godofredo Brito, na tarde do dia 23 de outubro no Litoral do Piauí.

Aprovado em 29/11/23.

REQ-73/2023

GUSTAVO GAYER - Requer a aprovação de moção de repúdio contra um grupo de jornalistas e convidados que participaram de um evento na sede do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, com o objetivo de afirmar apoio ao grupo terrorista Hamas.

Aprovado em 29/11/23.

REQ-74/2023

RODRIGO VALADARES - Requer aprovação de Moção de Louvor a jornalista Andreza Matais.

Aprovado em 29/11/23.

REQ-75/2023

AMARO NETO - Requer autorização de despesa para confecção do Relatório Anual da Comissão de Comunicação referente aos trabalhos deste Colegiado no exercício de 2023.

Aprovado em 29/11/23.

REQ-10/2023

CAROL DARTORA - Requer aditamento ao Requerimento nº 01/2023, para incluir convidados para a audiência pública a ser realizada nessa Comissão sobre a institucionalização da censura no Brasil.

Rejeitado em 29/03/23.

8.2 PROPOSIÇÕES APRECIADAS NA CCOM - 2023

PL 7/2023 MARCOS PEREIRA - Altera o Decreto-Lei n. 236, de 28 de fevereiro de 1967.

Aprovado em 10/05/23.

PL 5347/2020 ROBERTO DE LUCENA - Cria a Lei de Enfrentamento à Desinformação nas Eleições.

Aprovado em 02/08/23.

PL 3252/2021 ACÁCIO FAVACHO - Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, e a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para estender isenção das taxas do Fistel e da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública para a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Supremo Tribunal Federal.

Aprovado em 16/08/23.

PL 2076/2022 SENADO FEDERAL - EDUARDO GOMES - Institui o Dia Nacional da Proteção de Dados.

Aprovado em 16/08/23

PL 2532/2023 LAURA CARNEIRO - Estabelece a obrigatoriedade dos provedores de serviços de internet e redes sociais atuarem preventivamente contra a divulgação não autorizada de conteúdo íntimo, visando proteger a privacidade, dignidade e integridade das pessoas.

Aprovado em 18/10/23.

PL 2352/2023 CEZINHA DE MADUREIRA - Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para estabelecer regras para a autorização de alterações de características técnicas de operação das emisoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que resultem em alterações da classe e grupo de enquadramento.

Aprovado em 22/11/23.

PL 3415/2019 FILIPE BARROS - Inclui o § 3º no art. 273 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para agravar a pena para a venda de remédios abortivos e altera o inciso V, do art. 10, da Lei 6.437, de 20 de agosto de 1977 para incluir a aplicação de multa 10x maior que o mínimo legal para quem faz propaganda de medicamentos proibidos que provoquem aborto.

Aprovado em 29/11/23.

PL 349/2023

CHRIS TONIETTO - Tipifica como crime a venda ou qualquer outra ação que decorra do comércio ilegal de produtos ou medicamentos que possuam efeito abortivo e dá outras disposições.

Aprovado em 29/11/23.

PL 1004/2023

HELIO LOPES - Proíbe a venda do medicamento Cyto-tec (misoprostol) pela internet e dá outras providências.

Aprovado em 29/11/23.

PL 1229/2023

HELIO LOPES - Inclui o § 3º no art. 273 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para agravar a pena para a venda de remédios abortivos.

Aprovado em 29/11/23.

PL 5261/2020

CARLOS CHIODINI - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre os jogos eletrônicos destinados a crianças e adolescentes.

Aprovado em 06/12/23.

PL 3915/2023

RICARDO AYRES - Proíbe a divulgação, promoção ou endosso de empresas de apostas, cassinos em geral, jogos de azar ou quaisquer atividades relacionadas a apostas, por parte de digital influencers e artistas.

Aprovado em 06/12/23.

PL 4302/2023

VICENTINHO JÚNIOR - Dispõe sobre a permissão de influenciadores digitais realizarem publicidade de sites de apostas online e cassinos online, e estabelece a tributação e destinação dos lucros provenientes dessas atividades.

Aprovado em 06/12/23.

PL 4394/2023

WALDEMAR OLIVEIRA - Altera o Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), para tipificar a contravenção penal de divulgação de jogo de azar.

Aprovado em 06/12/23.

PL 4933/2023 COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR INDÍCIOS DE OPERAÇÕES FRAUDULENTAS SOFISTICADAS NA GESTÃO DE DIVERSAS EMPRESAS DE SERVIÇOS FINANCEIROS QUE PROMETEM GERAR PATRIMÔNIO POR MEIO DE GESTÃO DE CRIPTOMOEDAS, COM DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES FALSAS SOBRE PROJETOS OU SERVIÇOS E PROMESSA DE RENTABILIDADE ANORMALMENTE ALTA OU GARANTIDA E INEXISTÊNCIA DE TAXAS, MAS CONSTITUINDO-SE EM SISTEMA DE REMUNERAÇÃO ALIMENTADO PELA ENTRADA DE NOVOS PARTICIPANTES (O QUE TEM TRAZIDO PREJUÍZOS VULTOSOS AOS INVESTIDORES E A TODA A SOCIEDADE, ENTRE OS ANOS DE 2019 E 2022) - Dispõe sobre a contratação de influenciadores digitais para qualquer tipo de ação de publicidade relativo a ativos virtuais.

Aprovado em 06/12/23.

PL 2378/2020 SHÉRIDAN - Define garantias para o pleno exercício da liberdade de imprensa e tipifica, como crime de abuso de autoridade, condutas que impeçam ou dificultem o livre exercício do jornalismo.

Aprovado em 13/12/23.

SBT-A 1 CCULT → PL 2378/2020 COMISSÃO DE CULTURA - Substitutivo adotado pela CCULT.

Aprovado em 13/12/23.

PL 5567/2020 RUBENS OTONI - Estabelece obrigatoriedade as plataformas de redes sociais para que instituem e mantenham mecanismos de controle de conteúdo.

Rejeitado em 02/08/23.

PLP 218/2020 DANILO FORTE - Institui a Contribuição Social sobre Serviços Digitais incidente sobre a receita bruta de serviços digitais prestados pelas grandes empresas de tecnologia (CSSD), destinada ao financiamento de programas de renda básica.

Rejeitado em 02/08/23.

PLP 241/2020 DANILO FORTE - Institui a Contribuição Social Especial sobre Serviços Digitais incidente sobre a receita bruta de serviços digitais, destinada ao financiamento de programas de renda básica.

Rejeitado em 02/08/23.

PL 3867/2019 ENÉIAS REIS - Altera a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, para qualificar o Serviço de Radiodifusão Comunitária como Organização da Sociedade de Interesse Público - OSCIP.

Rejeitado em 16/08/23.

8.3 PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (PLDO)



Congresso Nacional
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Lxor - Sistemas de Leis Orçamentárias
PLN 4/2023 - Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024

Recibo de Entrega de Emendas

		Chave de Segurança: 511426	
		EMENDA À META	
TIPO AUTOR		TIPO DE EMENDA	EMENDA
Comissão Câmara dos Deputados		Inclusão	
EMENTA			
Emenda 1 de meta da Comissão de Comunicação			
PROGRAMA			
5601 - CIDADES MELHORES			
AÇÃO			
00SY - APOIO A PROJETOS E OBRAS DE REABILITAÇÃO, DE ACESSIBILIDADE E MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA EM ÁREAS URBANAS			
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)		ACRÉSCIMOS	
PROJETO APOIADO (UNIDADE)		1000	
JUSTIFICATIVA			
A presente emenda visa executar, por meio da ABDI para promover o desenvolvimento urbano no âmbito do conceito Cidades Inteligentes, utilizando dados e informações para otimizar a apresentação dos serviços públicos a população			

AUTOR DA EMENDA

5042 - Com. de Comunicação

Assinatura: _____

TIPO AUTOR

Comissão Câmara dos Deputados

Credenciado: _____



Congresso Nacional
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias
PLN 4/2023 - Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024

Recibo de Entrega de Emendas

		Chave de Segurança: 511426	
		EMENDA À META	
TIPO AUTOR		TIPO DE EMENDA	EMENDA
Comissão Câmara dos Deputados		Inclusão	
EMENTA			
Emenda 2 de meta da Comissão de Comunicação			
PROGRAMA			
2305 - COMUNICAÇÕES PARA INCLUSÃO E TRANSFORMAÇÃO			
AÇÃO			
21AE - EVOLUÇÃO E EXPANSÃO DOS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO			
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)			ACRÉSCIMOS
INICIATIVA REALIZADA (UNIDADE)			2000
JUSTIFICATIVA			
A presente emenda visa a oferta à população da programação de emissoras públicas (EBC e Rede Legislativa), em municípios onde ainda não estão presentes, além da ampliação da diversidade de canais de TV Digital aberta e gratuita à população dos municípios brasileiros.			

AUTOR DA EMENDA

5042 - Com. de Comunicação

Assinatura: _____

TIPO AUTOR

Comissão Câmara dos Deputados

Credenciado: _____



Congresso Nacional
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Lxor - Sistemas de Leis Orçamentárias
PLN 4/2023 - Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024

Recibo de Entrega de Emendas

		Chave de Segurança: 511426	
		EMENDA À META	
TIPO AUTOR		TIPO DE EMENDA	EMENDA
Comissão Câmara dos Deputados		Inclusão	
EMENTA			
Emenda 3 de meta da Comissão de Comunicação, aglutinada das sugestões n.º 3 e n.º 5			
PROGRAMA			
2305 - COMUNICAÇÕES PARA INCLUSÃO E TRANSFORMAÇÃO			
AÇÃO			
20V8 - APOIO A INICIATIVAS E PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL			
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)		ACRÉSCIMOS	
INICIATIVA APOIADA (UNIDADE)		10100	

JUSTIFICATIVA

Sugestão de emenda n.º 3: Ela permite a criação de novas oportunidades de trabalho, aumenta a produtividade e a competitividade das empresas e contribui para a redução da pobreza. Ao garantir a inclusão digital, o Brasil pode aproveitar ao máximo os benefícios da tecnologia e tornar-se um player importante na economia global.

Sugestão de emenda n.º 5: O intuito da emenda é dar continuidade ao Programa Wifi Brasil, onde a internet é disponibilizada à população por meio de ponto de acesso Wi-Fi com 150 metros de raio de cobertura (ao redor do ponto de instalação) e até 80 conexões simultâneas, com velocidade de 40 Mbps em locais como praças públicas, escolas, assentamentos rurais, Unidades Básicas de Saúde (UBS), comunidades tradicionais e telecentros comunitários.

AUTOR DA EMENDA

5042 - Com. de Comunicação

Assinatura: _____

TIPO AUTOR

Comissão Câmara dos Deputados

Credenciado: _____



Congresso Nacional
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Lxor - Sistemas de Leis Orçamentárias
PLN 4/2023 - Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024

Recibo de Entrega de Emendas

Chave de Segurança: **511426**

EMENDA AO TEXTO DA LEI

**Nenhuma emenda encontrada.*

		QUANTIDADE	
TOTAIS	EMENDA À META	:	3
	EMENDA AO TEXTO DA LEI	:	0
	TOTAL	:	3

AUTOR DA EMENDA

5042 - Com. de Comunicação

Assinatura: _____

TIPO AUTOR

Comissão Câmara dos Deputados

Credenciado: _____

8.4 PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA (LOA)



Congresso Nacional
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias
PLN 29/2023 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024

Recibo de Entrega de Emendas

Chave de Segurança: **817828**

EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

TIPO AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENDA
Comissão	APROPRIAÇÃO	50420001

EMENTA
EMENDA 1_2023 DA CCOM - COMUNICAÇÃO - Projetos de Cidades Conectadas

MODALIDADE DE EMENDA	SEQUENCIAL
Comissão	000002188

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
10 - Orçamento Fiscal

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
41000 - Ministério das Comunicações	41101 - Ministério das Comunicações - Administração Direta

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	24.126.2305.162P.0001
------------------------	-----------------------

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO
24 - Comunicações	126 - Tecnologia da Informação

PROGRAMA
2305 - Comunicações para Inclusão e Transformação

AÇÃO
162P - Implementação de Cidades Conectadas

SUBTÍTULO
0001 - Nacional

LOCALIDADE BENEFICIADA
9000000 - Nacional

ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META	QTD META A ALTERAR
Cidade conectada implantada (unidade)	4	100

GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	RP	em R\$ 1,00	ACRÉSCIMO
3 - Outras Despesas Correntes	90 - Aplicações Diretas	8		100.000.000
TOTAL:				100.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL FONTE	GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	ID	RP	em R\$ 1,00	CANCELAMENTO	
000001096	1032	9 - Reserva de Contingência	99	A Definir	0	0	100.000.000
TOTAL:						100.000.000	

JUSTIFICATIVA

Promover iniciativas de inclusão digital em escolas, associações e telecentros em municípios brasileiros, de maneira a promover a inclusão e democratização de tecnologias digitais e acesso à internet.

AUTOR DA EMENDA

5042 - Com. de Comunicação

Assinatura: _____

TIPO AUTOR

Comissão Câmara dos Deputados

Credenciado: _____



Congresso Nacional
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias
PLN 29/2023 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024

Recibo de Entrega de Emendas

Chave de Segurança: **817828**

EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA		
TIPO AUTOR Comissão	TIPO DE EMENDA APROPRIAÇÃO	EMENDA 50420002

EMENTA
EMENDA 2_2023 DA CCOM - Emenda - Computadores para Inclusão

MODALIDADE DE EMENDA
Comissão

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
10 - Orçamento Fiscal

ÁREA DE GOVERNO
13 - Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO
078 - Apoio a/o/aos

TIPO DE REALIZAÇÃO
294 - Inclusão Digital

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO
41000 - Ministério das Comunicações

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
41101 - Ministério das Comunicações - Administração Direta

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA **24.126.2305.20V8.**

FUNÇÃO
24 - Comunicações

SUBFUNÇÃO
126 - Tecnologia da Informação

PROGRAMA
2305 - Comunicações para Inclusão e Transformação

AÇÃO
20V8 - Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital

SUBTÍTULO
- Nacional

LOCALIDADE BENEFICIADA
90000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA
Iniciativa apoiada (unidade)

META
160

QTD META A ALTERAR
160

GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	RP	em R\$ 1,00 ACRÉSCIMO
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplicações Diretas	8	300.000.000

TOTAL: 300.000.000

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	ID	RP	em R\$ 1,00 CANCELAMENTO
000003558	1000	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	300.000.000

TOTAL: 300.000.000

JUSTIFICATIVA

A emenda proposta tem o objetivo de promover a iniciativa de inclusão digital em escolas, associações e telecentros, realizando o descarte de resíduos de equipamentos eletroeletrônicos de forma ambientalmente correta com a implantação dos Centro de Recondicionamentos de Computadores (CRCs), que são espaços físico adaptados para o encaminhamento de equipamentos que são doados em plenas condições operacionais. Além disso, os CRCs também capacitam jovens em cursos na área de tecnologia da informação. Mais do que isso, prepara o aluno não só para o mundo do trabalho, mas também para a vida adulta autônoma, promovendo sua formação cidadã.

AUTOR DA EMENDA	TIPO AUTOR
5042 - Com. de Comunicação	Comissão Câmara dos Deputados
Assinatura: _____	Credenciado: _____



Congresso Nacional
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Lxor - Sistemas de Leis Orçamentárias
PLN 29/2023 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024

Recibo de Entrega de Emendas

Chave de Segurança: **817828**

EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA		EMENDA
TIPO AUTOR Comissão	TIPO DE EMENDA APROPRIAÇÃO	50420003

EMENTA
EMENDA 3_2023 DA CCOM - Emenda Brasil Digital

MODALIDADE DE EMENDA
Comissão **SEQUENCIAL**
000002183

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
10 - Orçamento Fiscal

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO
41000 - Ministério das Comunicações

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
41101 - Ministério das Comunicações - Administração Direta

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA **24.722.2305.21AE.0001**

FUNÇÃO
24 - Comunicações

PROGRAMA
2305 - Comunicações para Inclusão e Transformação

AÇÃO
21AE - Evolução e Expansão dos Serviços de Radiodifusão

SUBTÍTULO
0001 - Nacional

LOCALIDADE BENEFICIADA
9000000 - Nacional

SUBFUNÇÃO
722 - Telecomunicações

ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA
Iniciativa realizada (unidade)

META
78

QTD META A ALTERAR
250

GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	RP	em R\$ 1,00 ACRÉSCIMO
4 Investimentos	90 Aplicações Diretas	8	150.000.000
TOTAL:			150.000.000

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	ID	RP	em R\$ 1,00 CANCELAMENTO
000003558	1000	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	150.000.000
TOTAL:						150.000.000

JUSTIFICATIVA

A emenda tem o objetivo de expandir a TV aberta digital gratuita nos municípios com baixo número de canais, não alcançados pelo Programa Digitaliza Brasil, ampliando a diversidade de programação a ser ofertada à população, garantindo acesso a conteúdo nacional, regional e diversificado. Este passo representa um avanço significativo na promoção da comunicação e do acesso à informação no Brasil. A ação contempla a aquisição de infraestrutura completa transmissão de TV Digital - contêiner, torre, transmissores e antenas - para utilização por emissoras públicas (EBC e Rede Legislativa).

AUTOR DA EMENDA	TIPO AUTOR
5042 - Com. de Comunicação	Comissão Câmara dos Deputados
Assinatura: _____	Credenciado: _____



Congresso Nacional
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias
PLN 29/2023 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024

Recibo de Entrega de Emendas

Chave de Segurança: **817828**

EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA		
TIPO AUTOR Comissão	TIPO DE EMENDA APROPRIAÇÃO	EMENDA 50420004

EMENTA
EMENDA 4_2023 DA CCOM - Emenda de Comissão - Fortalecer o Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação

MODALIDADE DE EMENDA
Comissão **SEQUENCIAL
00000852**

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
10 - Orçamento Fiscal

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO
20000 - Presidência da República

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
20415 - Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA **04.722.4101.20B5.0001**

FUNÇÃO
04 - Administração

SUBFUNÇÃO
722 - Telecomunicações

PROGRAMA
4101 - Comunicação Pública e Governamental

AÇÃO
20B5 - Fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação

SUBTÍTULO
0001 - Nacional

LOCALIDADE BENEFICIADA
90000000 - Nacional

ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META	QTD META A ALTERAR
Conteúdo informativo difundido (h)	157.680	78

GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	RP	em R\$ 1,00 ACRÉSCIMO
4 Investimentos	90 Aplicações Diretas	8	100.000.000
TOTAL:			100.000.000

SEQUENCIAL	FONTES	GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	ID	RP	em R\$ 1,00 CANCELAMENTO
000001076	9018	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	0	100.000.000
TOTAL:						100.000.000

JUSTIFICATIVA

Consiste na aquisição e instalação, pelo Ministério das Comunicações, de infraestrutura completa de transmissão de TV Digital - contêiner, torre, transmissores e antenas - para utilização por emissoras públicas (EBC e Rede Legislativa), onde ainda não estão presentes. Possibilidade de compartilhamento da infraestrutura implantada com emissoras privadas, que terão como contrapartida a assunção dos custos de manutenção.

AUTOR DA EMENDA	TIPO AUTOR
5042 - Com. de Comunicação	Comissão Câmara dos Deputados
Assinatura: _____	Credenciado: _____



Congresso Nacional
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Lxor - Sistemas de Leis Orçamentárias
PLN 29/2023 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024

Recibo de Entrega de Emendas

		Chave de Segurança: 817828
	EMENDA DE REMANEJAMENTO DE DESPESA	
	<i>*Nenhuma emenda encontrada.</i>	
	EMENDA DE CANCELAMENTO DE DESPESA	
	<i>*Nenhuma emenda encontrada.</i>	
	EMENDA AO TEXTO DA LEI	
	<i>*Nenhuma emenda encontrada.</i>	
	EMENDA À RECEITA (reestimativa)	
	<i>*Nenhuma emenda encontrada.</i>	
	EMENDA DE RENÚNCIA DE RECEITA	
	<i>*Nenhuma emenda encontrada.</i>	

		QUANTIDADE	Valor (R\$ 1,00)
TOTAIS	EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA	: 4	650.000.000
	EMENDA DE REMANEJAMENTO DE DESPESA	: 0	0
	EMENDA DE CANCELAMENTO DE DESPESA	: 0	0
	EMENDA AO TEXTO DA LEI	: 0	
	EMENDA À RECEITA (reestimativa)	: 0	0
	EMENDA DE RENÚNCIA DE RECEITA	: 0	0
	TOTAL	: 4	

AUTOR DA EMENDA

5042 - Com. de Comunicação

TIPO AUTOR

Comissão Câmara dos Deputados

Assinatura: _____

Credenciado: _____

Comissão de
Comunicação



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Comunicação

Anexo II, Pavimento Superior,

Ala A, Sala 178

CEP: 70160-900 – Brasília - DF

☎ (61) 3216-6592/6598

✉ ccom.decom@camara.leg.br

Comissão de
Comunicação



CÂMARA DOS
DEPUTADOS